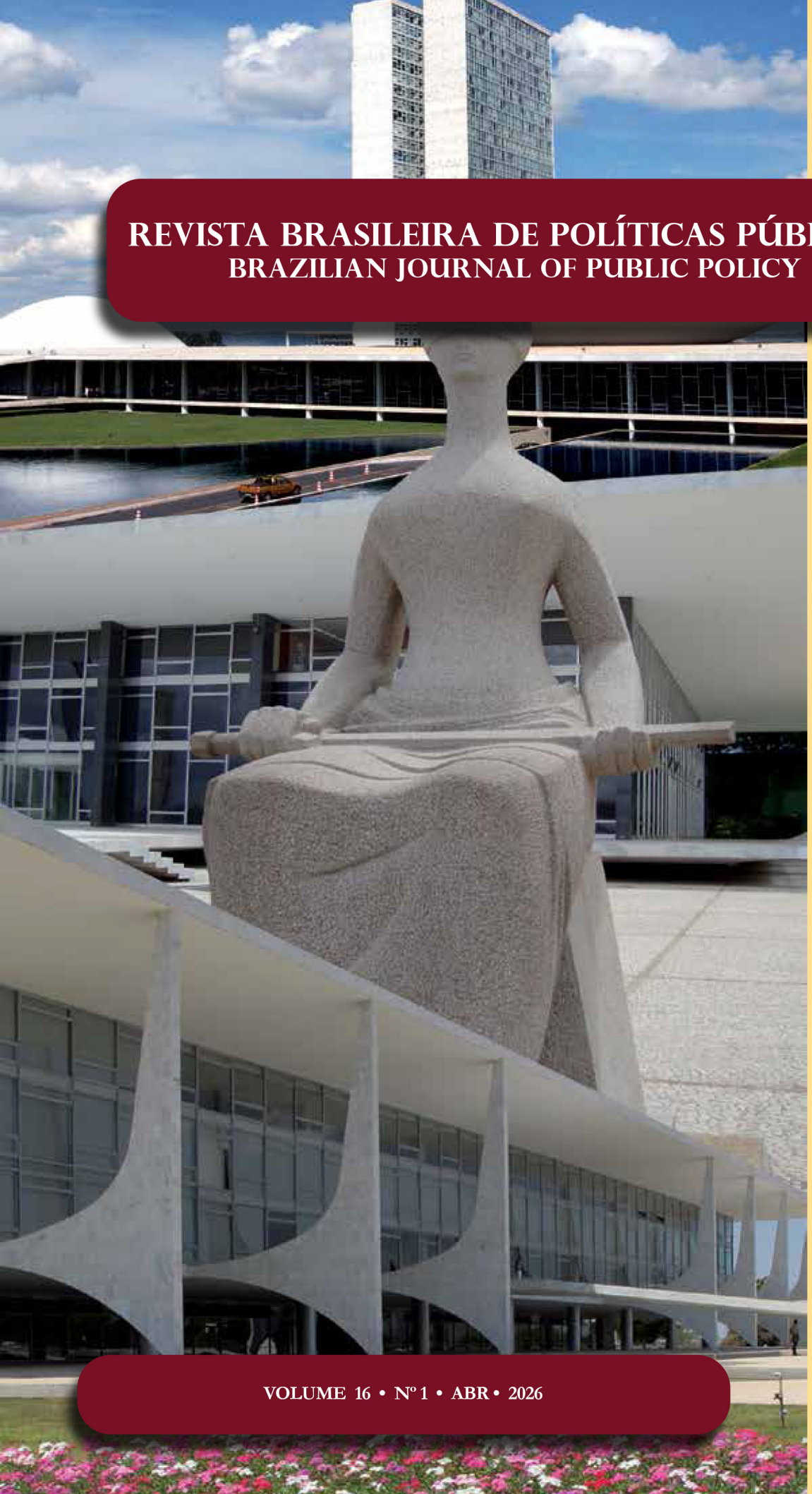

CEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR
ISSN 2236-1677

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

Os laços do poder: Transformações nas Estratégias da Elite Empresarial na Captura do Estado Brasileiro

The ties of power: Transformations in the Strategies of the Business Elite in the Capture of the Brazilian State

Caio César Coelho Rodrigues

Felipe Fróes Couto

Maria Teresa Leão Wanderley

VOLUME 16 • Nº 1 • ABR • 2026

Sumário

SEÇÃO I - INSTITUIÇÕES, GOVERNANÇA, DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA 17

Transparência e opacidade de organizações internacionais: pesquisa bibliométrica sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos 19
Ademar Pozzatti e Ana Carolina Campara Verdum

Por uma modernização da política de acesso à informação no Brasil: uma avaliação da Lei de Acesso à Informação à luz da Lei Modelo Interamericana 2.0 sobre o acesso à informação pública 45
Pedro Alves Barbosa Neto

Incerteza e partilha de riscos nas concessões de serviços públicos 68
Alberto de Oliveira

Mudanças institucionais no marco regulatório do uso da biodiversidade no Brasil: uma análise a partir da perspectiva do Advocacy Coalition Framework 86
Victor Manuel Barbosa Vicente e Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo

Os laços do poder: Transformações nas Estratégias da Elite Empresarial na Captura do Estado Brasileiro 104
Caio César Coelho Rodrigues, Felipe Fróes Couto e Maria Teresa Leão Wanderley

Entre norma e prática: limites da transparência e participação social na ANATEL 135
Ana Luisa Ferreira Vital, Daniel Lucas e Carlos Alberto Pereira das Neves Bolonha

Resilient Democracy in Crisis: Evidence from Participatory Budgeting during Martial Law in Ukraine 149
Oleh Brovko e Ramon Blanco de Freitas

SEÇÃO II - POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS 163

Políticas públicas e o cumprimento do acordo de paris pelo Brasil: O papel das instituições públicas na redução das emissões de CO2 com sistemas fotovoltaicos 165
Álvaro Guilherme Rocha, André Barra Neto, Bruno Garcia de Oliveira, Solon Bevilacqua e Ana Paula Pinheiro Zago

A dupla face das comunidades diante da crise climática: Valores e implicações para as políticas públicas 187
João Pedro Schmidt

Acolhimento familiar: desafios para garantia do direito à convivência familiar e comunitária 204
Giovanna Stallivieri Fernandes e Jucimeri Isolda Silveira

Enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Tocantins: Uma avaliação da política pública 217
Danila Resende Duarte Marvão, Cibele Aparecida Martins de Toledo, Dini Ribeiro Bezerra, Jorge Antônio da Silva Couto, Michelle Araújo Luz Cilli e Waldecy Rodrigues

A Letalidade Violenta Feminina no contexto de políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro 236
Vinícius Ferreira Baptista

SEÇÃO III - JUSTIÇA, CONSTITUIÇÃO E TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS 263

Diálogos institucionais no contexto da judicialização da saúde: desvelando desafios de uma experiência da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro 265
Isabela Barboza da Silva e Tavares Amaral Correio

Saúde e direito na pandemia de COVID-19: A judicialização da política pública no Rio Grande do Norte 282
Raquel Maria da Costa Silveira, Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti e Edson Lucas Pereira dos Santos

Modelos de comportamento judicial: a difícil adequação do clássico modelo tripartido à realidade brasileira 303
Sergio Nojiri e Taísa Magro Ostini

Derecho Penal y eximentes de responsabilidad con enfoque de género en Chile .. 321
Valeska Cecilia Rivas Arias, Dr. Juan Jorge Faundes Peñafiel e Tomás Alejandro Figueroa Martínez

La inconstitucionalidad por omisión del legislador y el actuar de la justicia constitucional española y colombiana 351
Juan Pablo Díaz Fuenzalida, Marcela Inés Peredo Rojas e Luz Eliyer Cárdenas-Contreras

Algoritmos e inteligencia artificial en la gestión migratoria estatal: estándares interamericanos y acceso a la justicia de las mujeres migrantes en Chile 373
Glorimar Alejandra Leon Silva

doi: 10.5102/rbpp.v16i1.9426

Os laços do poder: Transformações nas Estratégias da Elite Empresarial na Captura do Estado Brasileiro*

The ties of power: Transformations in the Strategies of the Business Elite in the Capture of the Brazilian State

Caio César Coelho Rodrigues**

Felipe Fróes Couto***

Maria Teresa Leão Wanderley****

Resumo

À medida que a democracia brasileira avança, um grupo aparentemente resiliente mantém-se no poder, exercendo influência sobre a maioria. Diante desse questionamento, esta pesquisa busca analisar historicamente como as elites empresariais capturam politicamente o Estado brasileiro. Este ensaio teórico problematiza a questão à luz de duas correntes teóricas: a teoria das Elites, que destaca a evolução da atuação em rede, passando de uma Elite consolidada em poder econômico para uma elite de influência, e os mecanismos de captura do Estado, situados no limiar da ilegalidade, como lobby, associações de classe, patrimonialismo, doações de campanha, propina e, mais recentemente, o ativismo de CEOs e a participação direta do empresariado na política. A tese defendida é a de que, apesar dos avanços legislativos a respeito do assunto, houve mudanças estratégicas na atuação das elites na captura do Estado. Por meio de um resgate histórico sobre a captura do Estado pela elite econômica, revelou-se que as estratégias empresariais evoluíram de práticas clientelistas e patrimonialistas em benefício próprio para a busca de *rent-seeking* e influência direta na autoridade estatal.

Palavras-chave: elites; captura do estado; crime corporativo; influência política; democracia

Abstract

As Brazilian democracy advances, a seemingly resilient group remains in power, exerting influence over the majority. Faced with this question, this research seeks to historically analyze how business elites politically capture the Brazilian State. This theoretical essay problematizes the issue in the light of two theoretical lenses: the theory of Elites, which highlights the evolution of network action, moving from an Elite consolidated in economic power to an elite of influence, and the mechanisms of State capture, situated on the threshold of illegality, such as lobbying, trade associations, patrimonialism, campaign donations, bribery and, more recently, the activism of CEOs

* Recebido em 04/02/2024
Aprovado em 04/07/2024

** Professor na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). Doutor em Administração pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV).
Email: ccoelho@usp.br

*** Professor de Educação Superior na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Email: felipe.couto@unimontes.br

**** Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).
Email: matewanderley@hotmail.com

and the direct participation of businesspeople in politics. The thesis defended is that, despite legislative advances on the subject, there have been strategic changes in the actions of elites in capturing the State. Through a historical review of the capture of the State by the economic elite, it was revealed that business strategies evolved from clientelistic and patrimonial practices for their own benefit to the search for rent-seeking and direct influence on state authority.

Keywords: elites; state capture; corporate crime; political influence; democracy

1 Introdução

O contexto político brasileiro atual nos tem mostrado o quão corrompido estão os mecanismos que o regulam[1], se valendo, por vezes, da superposição aos regramentos jurídicos[2], que são justamente uma forma de controle social a fim de melhor atender a sociedade em seus desideratos[3]. Há um certo consenso entre os pesquisadores de que as elites possuem influência no sistema político e econômico por estarem em posições chave e têm a capacidade de tomar e influenciar decisões. Todavia, duas perguntas ainda precisam ser trabalhadas no sentido de entender como esses grupos influenciam a democracia: "como as novas manifestações de poder exibidas pelas elites de influência formam sociedades democráticas?"[4]; e "como é que, à medida que as democracias progridem, um pequeno grupo aparentemente resiliente é capaz de governar a maioria?"[5].

Tais questões, levantadas pelas pesquisas sobre elites, podem ser discutidas a partir dos estudos sobre captura do Estado. Ambas vão discutir estratégias, seja de relações criadas por pessoas pertencentes a elites, ou de exercício de influência a partir de grandes corporações que capturam o sistema político e econômico para privilegiar seus interesses econômicos locais. Tal fenômeno não é exclusivamente brasileiro, mas pode ser considerado a partir deste contexto empírico e por meio de um resgate histórico. Com base na teoria das Elites e no conceito de captura do Estado, entendemos ser possível compreender as peculiaridades da realidade Brasileira e explicar como um grupo resiliente influencia as decisões Estatais e permanece no poder.

A partir dos estudos recentes sobre escândalos de corrupção, e com as diversas formas de influenciar o Estado Brasileiro tais como o ativismo de CEOs, o lobby e as doações de campanha, é necessário rever a atuação empresarial e suas formas de capturar o Estado. Apesar de existirem diferentes estudos[6] que trazem as formas com que a democracia brasileira é capturada pelo interesse privado[7], este ensaio teórico procura enxergar a situação à luz da teoria para oferecer uma melhor compreensão do poder das Elites empresariais que atuam em países do Sul global. Portanto, este ensaio busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como é que, à medida que a democracia Brasileira progride, um grupo aparentemente resiliente de pessoas se mantém no poder e é capaz de influenciar o governo da maioria?

A partir desta pergunta, tem-se, como objetivo geral de pesquisa, discutir como historicamente ocorre a captura do Estado brasileiro por parte das elites empresariais. Os objetivos específicos da pesquisa são 1)

1 COELHO, C. C.; BARROS, A. Padrinhos e caciques: o lado sombrio da atividade política corporativa na captura do Estado. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 20, n. 1, p. 15–42, 1 jan. 2021;

2 FRÓES COUTO, F. et al. História e Cultura da Corrupção dos Agentes Públicos no Brasil: Uma Leitura Transversal das obras de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Darcy Ribeiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 20 jan. 2023.

3 RODRIGUES, C. C.; BARROS, A. From Caciques and Godfathers to Second-Order Corruption. *Journal of Management Inquiry*, v. 31, n. 1, p. 67–81, 11 jan. 2022.

4 WEDEL, J. R. From Power Elites to Influence Elites: Resetting Elite Studies for the 21st Century. *Theory, Culture and Society*, v. 34, n. 5–6, p. 153–178, 2017.

5 KHAN, S. R. The Sociology of Elites. *Annual Review of Sociology*, v. 38, n. 1, p. 361–377, 2012.

6 FRÓES COUTO, F. et al. História e Cultura da Corrupção dos Agentes Públicos no Brasil: Uma Leitura Transversal das obras de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Darcy Ribeiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 20 jan. 2023.

7 NUNES, E. DE O. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Brasília, 2003.

entender o papel das Elites na captura do estado; 2) descrever o contexto histórico de captura do Estado brasileiro por parte das Elites e 3) propor as formas com que as Elites influenciam o Estado ao longo do tempo.

A contribuição deste artigo reside na análise sobre como as Elites no Brasil foram construídas e consolidadas historicamente para capturar o Estado. Esta contribuição é importante na medida em que permite entender como a democracia brasileira é historicamente manuseável por interesses econômicos de elites locais, enquanto parcela expressiva das leis brasileiras surgiram a partir de agendas e pautas do próprio setor empresarial, de modo que este costumeiramente 'faz uso' do aparato público para normatizar seus próprios interesses, gerando assim privilégios e protecionismos que impulsionam seus negócios e resultados econômicos.

Nesse ínterim, a revisão de forma ensaística das duas correntes teóricas que nos revela a existência de ambiguidade discursiva por parte de grandes grupos empresariais que, ou se aproveitam da passividade do governo ou se aliam a agentes políticos para obter vantagens indevidas, como nos revelaram os esquemas de lavagem de dinheiro e pagamento de propina na Operação Lava- Jato[8].

A proposta de um ensaio teórico para cumprir com este objetivo se justifica na medida em que buscamos trazer a reflexão crítica sobre determinado assunto[9], sem deixar de lado a necessidade do rigor científico[10]. Da mesma forma, a contribuição teórica da pesquisa reside na problematização e leitura crítica dessa literatura de forma a promover e apontar avanços teóricos e empíricos necessários ao campo estudado[11].

O presente artigo busca relacionar as mencionadas literaturas no que tange a questão do crime corporativo e outras estratégias de influência empresarial como recurso-meio à articulação de interesses da classe empresarial com a esfera pública – e como tal prática resulta em assimetrias no exercício do Poder de uma democracia –, partindo da ideia comum às mesmas da existência de um aspecto intimamente corrupto ao sistema econômico que envenena as demais searas sistêmicas (política e social). Para tanto, este ensaio continua com a apresentação da Teoria das Elites, na sequência com as ideias de captura do Estado, e por fim realiza um resgate histórico de como a captura do Estado acontece no Brasil para, ao final, identificar manifestações contemporâneas do fenômeno.

2 A teoria das elites e seus poderes de influência

A teoria das elites, segundo Zald e Lounsbury[12], propõe a existência de um grupo de pessoas que, em determinados cargos de comando, buscam utilizar do poder que detêm para a manutenção de sua condição.

Mills[13] foi precursor da ideia de elites. Em sua obra, *The Power Elite*, o autor já aponta que o estudo das grandes corporações contempla as relações que os atores-chave possuem entre si, além da sua atividade política necessária à construção de sua carreira empresarial. De acordo com Mills[14], as elites possuem relações entre si em redes, e estudar o mundo corporativo é entender essas relações como atuações políticas

[8] CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro*. [s.l.] Companhia das Letras, 2018.
[9] MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320–332, 2011.
[10] BERTERO, C. O. Réplica 2 - o que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 338–342, 2011.
[11] SANDBERG, J.; ALVESSON, M. Ways of constructing research questions: gap-spotting or problematization? *Organization*, v. 18, n. 1, p. 23–44, 2011.
[12] ZALD, M. N.; LOUNSBURY, M. The Wizards of Oz: Towards an Institutional Approach to Elites, Expertise and Command Posts. *Organization Studies*, v. 31, n. 7, p. 963–996, 2010.
[13] MILLS. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press, 1956.
[14] MILLS. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press, 1956.

estratégicas. Aprofundando essa ideia, Domhoff[15] apresenta as características da classe alta americana e das classes que têm o poder de influenciar setores da sociedade. Para o autor, pertencer a essa classe não é só ter dinheiro, é ter influência e participar de grupos de importância para a sociedade; nesse sentido, as elites pertencem a determinadas famílias, participam de escolas, sociedades ou associações de elite. Ele ainda elabora que esse grupo social tem controle ou influência em esferas como a economia, associações de classe e agências regulatórias, governo federal, esfera militar e governos locais. Isso significa que a elite que governa tem poder de agir de uma posição de autoridade ou afetar e persuadir aquele que está na posição de controle.

A construção do grupo de elite está em fluxo. Trata-se de um conceito multidimensional que combina postos de comando, fama, reconhecimento e influência. Ou seja, a rede de relacionamentos, a educação em escola de elites, a meritocracia e os direitos hereditários influenciam na facilidade de participação nessa elite. Tal característica foi estudada na elite francesa, na qual se comprovou o peso da classe social no pertencimento à elite e ainda na existência de redes e hierarquias dentro dos grupos de elites[16].

Atualmente, a teoria de Mills[17] tem sido revista no sentido de uma fragmentação financeira. Antes, eram considerados da elite pessoas que detinham controle sobre as esferas econômicas, militares ou governamentais. No entanto, a financeirização da economia passou a mostrar que os CEOs, por exemplo, apesar de terem dinheiro, não possuem mais a mesma influência, sendo considerados ferramentas de influência dos seus acionistas. Quem passou a deter o poder são reguladores públicos e donos do capital que têm mais capacidade de influência[18] ou contato com os tomadores de decisão[19].

Com esta mudança significativa nas elites, existe um menor peso na classe social; mesmo que a classe social ainda seja relevante, as Elites contemporâneas funcionam pela sua capacidade de influência, podendo assim interferir no âmbito político e democrático.

> Especificamente, as elites de influência são definidas por (1) sua flexibilidade, mudança e sobreposição de papéis e falta de vinculação fixa a qualquer setor ou organização em particular na busca de seus objetivos estratégicos; (2) sua informalidade e suplantação de estruturas e processos formais (ainda os usando quando benéficos); (3) as entidades que eles mobilizam, incluindo consultorias, *think tanks* e organizações não-governamentais; e (4) seu papel como conectores, posição no ecossistema organizacional oficial, corporativo, privado (incluindo as entidades acima) e redes vis-à-vis uns aos outros[20].

Se antes as elites eram formadas pelos CEOs donos de grandes empresas, hoje é necessário estar em uma posição importante de conexão. A financeirização da economia fez com que as posições de poder mudassem, ou seja, não basta mais ter dinheiro, hoje é necessário ter influência e para tanto exigem-se uma flexibilidade e uma conectividade com pessoas em posições similares[21]. Daí, surgem novas formas de influência política como os CEOs ativistas[22] e celebridades[23].

Nesse sentido, o estudo das Elites passa a considerar uma série de campos como a estrutura hierárquica, os diretores da empresa, os agentes públicos, a corporação e sua evolução. Ainda, a teoria foca tanto no

[15] DOMHOFF, G. W. *Who Rules America?* Englewood Cliffs New jersey: Prentice-Hall, Inc., 1967. v. 1

[16] MACLEAN, M.; HARVEY, C.; KLING, G. Pathways to Power: Class, Hyper-Agency and the French Corporate Elite. *Organization Studies*, v. 35, n. 6, p. 825–855, 2014.

[17] MILLS. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press, 1956.

[18] DAVIS, A.; WILLIAMS, K. Introduction: Elites and Power after Financialization. *Theory, Culture and Society*, v. 34, n. 5–6, p. 3–26, 2017.

[19] MIZRUCHI, M. S. *The Fracturing of the American Corporate Elite*. 1 ed ed. Massachussets: Harvard University Press, 2013.

[20] WEDEL, J. R. From Power Elites to Influence Elites: Resetting Elite Studies for the 21st Century. *Theory, Culture and Society*, v. 34, n. 5–6, p. 153–178, 2017*, tradução nossa.*

[21] DAVIS, A.; WILLIAMS, K. Introduction: Elites and Power after Financialization. *Theory, Culture and Society*, v. 34, n. 5–6, p. 3–26, 2017; WEDEL, J. R. From Power Elites to Influence Elites: Resetting Elite Studies for the 21st Century. *Theory, Culture and Society*, v. 34, n. 5–6, p. 153–178, 2017.

[22] BRANICKI, L. et al. The Morality of "new" CEO Activism. *Journal of Business Ethics*, v. 170, n. 2, p. 269–285, 24 maio 2021.

[23] LEE, G. et al. Celebrity CEO, identity threat, and impression management: Impact of celebrity status on corporate social responsibility. *Journal of Business Research*, v. 111, p. 69–84, abr. 2020.

poder de certos indivíduos e suas influências no ambiente, quanto nas estruturas e contextos, mesmo que dominadas por essas elites, ou seja, indivíduos e estruturas são fatores a serem levados em consideração[24]. O que se coloca, no entanto, é que essa teoria estuda os grupos que possuem poder a ser alocado, algum tipo de influência ou controle; a Elite, nesse sentido, é capaz de influenciar a produção da história dentro de um jogo político[25].

Reed[26] traz uma reflexão sobre os tipos de elites de acordo com suas estratégias e domínios em que atuam. *Elites alocativas*, por exemplo, possuem o controle sobre os meios e mecanismos de acumulação e atuam nos domínios corporativos, de negócios, finanças, indústria e comunicação. *Elites autoritárias*, por outro lado, possuem o monopólio dos meios de regulação, atuando em domínios governamentais e agências representativas. Ambas têm relação com esta pesquisa, tendo uma elite empresária recursos a serem alocados e uma elite política, do lado estatal, com o monopólio dos meios de regulamentação e alocação do dinheiro público.

As Elites atuam em rede na captura do Estado. Tal abordagem possui um ferramental próprio para olhar o fenômeno e o relacionamento entre os atores, tendo como importância central suas conexões. Milgram[27] foi pioneiro ao abordar a temática de redes, estudando o conceito de mundo pequeno. O autor mostra que duas pessoas que não se conhecem diretamente podem facilmente se encontrar de forma indireta, ou seja, por intermediários.

Segundo o autor, seriam necessários, em média, cinco intermediários ou seis conexões para que dois desconhecidos se conectem. Mesmo que a rede seja grande, basta que existam atores centrais que permitam uma maior conectividade entre os nós. Desde então a ideia de redes tem sido utilizada para entender como as teias de relacionamento humano se constroem e influenciam em diferentes fenômenos humanos. As redes de conexões entre diretores de empresa passam a ser analisadas por métodos de pesquisa que envolvem a descrição da rede e medição de seu alcance e centralidade[28].

> Em um mundo pequeno, não é preciso que atores tenham laços com muitos outros atores na rede em geral. Em outras palavras, a rede não precisa ser completamente "densa", no sentido de apresentar muitos laços entre vários atores. O crucial é que existam atores centrais que garantam uma conectividade global da rede por interligar pessoas pertencentes a aglomerações locais distintas. Via esses atores de ligação, uma pessoa de uma aglomeração poderá, indiretamente, acessar pessoas de outros círculos sociais. A estrutura social torna-se, ao mesmo tempo, densa localmente e conectada globalmente[29].

Davis e Greve[30] estudam as mudanças nas práticas de governança e alinham a ideia de elites com a abordagem de redes. Os autores entendem que as organizações são formas de governança e a adaptação individual à estrutura coletiva perpassa o relacionamento em redes e pode explicar as ações do indivíduo e a agregação da rede. Os estudos que envolvem algum grupo em posição de controle ou influência, ou seja, elites, normalmente pressupõem a existência de redes de conexão. A relação entre os atores pode ser pauta-

[24] ZALD, M. N.; LOUNSBURY, M. The Wizards of Oz: Towards an Institutional Approach to Elites, Expertise and Command Posts. *Organization Studies*, v. 31, n. 7, p. 963–996, 2010.

[25] MILLS. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press, 1956.

[26] REED, M. Masters of the universe: power and elites in organization studies. *Organization Studies*, v. 33, n. 2, p. 203–221, 2012.

[27] MILGRAM, S. The small world problem. *Psychology Today*, v. 1, n. 1, p. 61–67, 1967.

[28] MILLS. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press, 1956.

[29] LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 22.

[30] DAVIS, G. F.; GREVE, H. R. Elite Networks and Governance Changes in the 1980s. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 1, p. 1–37, 1997.

da em participações nos mesmos conselhos de administração[31], formação em escolas de elite[32] , participação nos mesmos clubes e associações[33] e na mesma classe social[34], ainda que nem todos os atores se conheçam[35].

Nielsen[36] aponta para a necessidade de utilizar a abordagem de redes para estudar o tema da corrupção. Esse autor argumenta que a corrupção acontece de forma sistêmica e a dinamicidade das relações pessoais dificulta seu respectivo combate. Entendê-la como uma rede auxilia na estruturação do combate à corrupção, impedindo a resiliência quando somente alguns nós são desconectados. Borgatti e Foster[37] vão além ao descrever um paradigma de redes dentro dos estudos organizacionais. Para os autores, emerge um conjunto de estudos que se preocupam com a estruturação desses laços em diferentes perspectivas que podem focar nos nós ou nas próprias conexões, cada qual alinhado com um tipo de pesquisa.

Nesse sentido, Jancsics e Jávor[38] desenham a estrutura da rede de corrupção em um caso Húngaro e descobrem que a estruturação da rede possui posições de poder com relacionamentos formais e informais que dificultam o combate à corrupção. Os autores ainda definem quatro formas de redes de corrupção. Na primeira, chamada de redes canibalísticas, os atores vendem seus recursos governamentais, como autorizações, regulamentações e votos no legislativo ilegalmente; redes exploradoras, extraem recursos de relações de dependência internas; redes parasitárias, são configuradas como conluio entre atores em posições de poder que criam sistemas de corrupção; e redes monopolistas, casos típicos de abuso do monopólio de poder dada à posição exercida.

Um dos tipos de pesquisa mais interessantes que une a teoria das elites com a abordagem de redes são as pesquisas de *Interlocking directorates39*. Estas pesquisas buscam identificar as redes de conexões entre empresários do alto escalão a partir de trabalhos em comum. A maioria dessas pesquisas se volta a identificação de redes entre membros dos conselhos de grandes corporações que se conhecem e se conectam a partir da participação nos mesmos conselhos. Essa rede permite com que os grandes empresários não só se conheçam, mas elas incentivam estratégias de responsabilidade social corporativa[40] e ainda a coesão entre o grupo empresarial[41].

No Brasil, a obra denominada "*Os Donos do Poder*" consegue capturar a essência da teoria das Elites a partir do entendimento dos atores influentes no Brasil de sua época. Em sua obra, Faoro[42] fez um resgate histórico de como as Elites brasileiras influenciaram o Estado brasileiro durante o século XIX. Inspirado por Faoro, Lazzarini[43] explicou uma das formas de cooptação engendrada pelos donos do poder no Brasil, ou seja, os grandes empresários. A obra se valeu de estudos de *interlocking directorates* e mostrou como uma

31 CARBONAI, D.; DRAGO, C. AS LIBERDADES NO CAPITALISMO DE LAÇOS. *Organizações & Sociedade*, v. 24, n. 82, p. 379–389, 2017.

32 DOMHOFF, G. W. *Who Rules America?* Englewood Cliffs New jersey: Prentice-Hall, Inc., 1967. v. 1..

33 CAMPOS, P. H. P. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. [s.l.] Universidade Federal Fluminense Instituto, 2012.

34 OMETTO, M. P. D. S. DE L. *Implicit Corporate Political Activity and Elite Formation*. 2014. 101 f. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

35 DOMHOFF, G. W. *Who Rules America?* Englewood Cliffs New jersey: Prentice-Hall, Inc., 1967. v. 1.

36 NIELSEN, R. P. Corruption Networks and Implications for Ethical Corruption Reform. *Journal of Business Ethics*, v. 42, n. 2, p. 125–149, 2003.

37 BORGATTI, S. P.; FOSTER, P. C. The Network Paradigm in Organizational Research: A Review and Typology. *Journal of management*, v. 29, n. 6, p. 801–830, 2003.

38 JANCSICS, D.; JÁVOR, I. Corrupt Governmental Networks. *International Public Management Journal*, v. 15, n. 1, p. 62–99, 2012.

39 HUIJZER, M. J.; HEEMSKERK, E. M. Delineating the corporate elite: Inquiring the boundaries and composition of interlocking directorate networks. *Global Networks*, v. 21, n. 4, p. 791–820, out. 2021.

40 ZHAO, T.; CHAN, K. C. Corporate social network and corporate social responsibility: A perspective of interlocking directorates. *International Review of Financial Analysis*, v. 88, p. 102711, jul. 2023.

41 BURRIS, V. Interlocking Directorates and Political Cohesion among Corporate Elites. *American Journal of Sociology*, v. 111, n. 1, p. 249–283, jul. 2005.

42 FAORO, R. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 2012.

43 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

elite oligárquica e regional, ainda alicerçada pelo que ele acredita ser um verdadeiro clientelismo[44], espécie de uma política de favores, regula praticamente todo o sistema político e econômico brasileiro, dispondo de sua influência no setor público para fins privados[45]. O autor afirma a existência de uma relação de clientelismo, fruto de um patrimonialismo histórico, entre agentes privados domésticos e o poder público, o que corrompe de forma categórica um sistema que, em tese, deveria se sustentar em livre concorrência, tal qual preceituada pelo liberalismo clássico.

> Esse emaranhado de contatos, alianças e estratégias de apoio gravitando em torno de interesses políticos e econômicos é o que denomino *capitalismo de laços*. Trata-se de um modelo assentado no uso de *relações* para explorar oportunidades de mercado ou para influenciar determinadas decisões de interesse. Essas relações podem ocorrer somente entre atores privados, muito embora grande parte da movimentação corporativa envolva, também, governos e demais atores na esfera pública[46].

Dessa forma, vê-se que a definição de Elites está em fluxo. As formas de consolidação das Elites se alteraram com o tempo de uma Elite formada pelo poder econômico para um poder de influência. Independentemente disso, elas ainda atuam em redes. Estudos de redes e *interlocking directorates* mostram como as Elites podem influenciar o Estado. Assim, antes de dar continuidade a essa discussão, é necessário definir captura do Estado.

3 A captura do Estado no limiar do crime de colarinho branco.

Se a teoria das Elites trazia a influência de pessoas na democracia e no sistema econômico, a ideia de captura do Estado por meio da atuação empresarial e corporativa foca nas estratégias dessas elites para influenciar a tomada de decisão[47]. Crouch[48] vai chamar essa influência de pós-democracia, na qual elites políticas e empresariais tomam as decisões e controlam a sociedade e até o os resultados eleitorais. Para o autor, em uma sociedade formalmente democrática, não se pode mais controlar o Estado de forma total, mas as corporações têm o poder de controlar o conhecimento, e com isso gerar opiniões a seu favor.

> Eles podem pagar lobistas altamente remunerados; eles podem oferecer doações financeiras a políticos e podem ter acesso a eles sempre que quiserem; eles podem possuir jornais e tentar influenciar a opinião mais ampla; eles podem financiar campanhas, organizações de massa e até mesmo institutos de pesquisa que produzem evidências favoráveis à sua causa e ruins para seus oponentes[49].

Uma das formas com que as Elites podem influenciar a decisão estatal foi dada por Edwin H. Sutherland, ainda na década de 1940. O autor analisou e estudou os estatutos e processos dos setenta maiores grupos empresariais daquele período nos Estados Unidos da América. O resultado de suas pesquisas abalou sobremodo o ego da elite empresarial. Talvez tenha sido por isso que o seu estudo, que culminou na realização do livro "*White Collar Crime*", tenha sido rechaçado à época de seu lançamento e, somente na década de 1980[50], tenha sido resgatado por pesquisadores da Universidade de Yale, que perceberam na obra uma fonte

[44] CARBONAI, D.; DRAGO, C. AS LIBERDADES NO CAPITALISMO DE LAÇOS. *Organizações & Sociedade*, v. 24, n. 82, p. 379–389, 2017.

[45] PINTO, J. R. L.; MANSOLDO, F. F. A FIBRIA e o "novo" papel do Estado no capitalismo brasileiro: do "Estado-empresário" ao "Estado-empresa". *Homa Publica-Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas*, v. 2, n. 1, p. 023, 2018.

[46] LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 4.

[47] BARLEY, S. R. Corporations, democracy, and the public good. *Journal of Management Inquiry*, v. 16, n. 3, p. 201–215, 2007.

[48] CROUCH, C. *The Knowledge Corrupters Hidden Consequences of the Financial Takeover of public life*. Cambridge: John Wiley & Sons, 2016.

[49] CROUCH, C. *The Knowledge Corrupters Hidden Consequences of the Financial Takeover of public life*. Cambridge: John Wiley & Sons, 2016.

[50] SUTHERLAND, E. H. *Crime de Colarinho Branco: Versão sem Cortes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

valiosa e ainda atual para se entender os artifícios de um crime pouco visível, principalmente por ter como os criminosos os detentores do "*big business*"[51].

O autor fez uma metódica análise de como o sistema econômico norte-americano era sustentado por uma elite que via, no mecanismo de cartelização e monopolização, os modos mais fáceis e lucrativos de cooptar riquezas, sem as maiores dificuldades advindas de uma competição mútua e justa, como apregoa o livre mercado. Tais metodologias eram mantidas por uma série de desvios de funções, em sua maioria ilícitos, tais quais os *lobbies*, restrições ao comércio, propagandas enganosas, entre outros[52].

A premissa do autor é a de que, para o empresariado, a restrição de comércio, massivamente utilizada nas formas de fusões ou práticas de uniformização de preços, é o método mais simples de se eliminar a concorrência. Dessa forma, "quando o número de empresas em um ramo é reduzido a uma pequena fração por meio de tais consolidações, acordos sobre preços ficam facilitados, como também a discriminação de preços.[53]" Dentro dessa perspectiva, a estratégia das empresas para obter resultados seria realizar, habitualmente, colusões, tácitas ou explícitas, a fim de afastar a concorrência, bem como regular o preço de venda[54].

Sutherland expôs o fato de que os únicos sujeitos avessos ao funcionamento do capitalismo, tal como pregado pelo liberalismo, seriam os socialistas e os próprios donos dos negócios, os grandes empresários, mostrando, dessa forma, como há, na realidade, uma lógica prática inversa à ética propagada pelo livre mercado[55].

A atualidade de tal tema e estudo ainda espanta, em parte por descrever propriamente o modo como o empresariado se articula no poder e como tal façanha perpetua os seus efeitos apesar dos anos. A obra trouxe ao leitor a urgência de se reavaliar e repensar o sistema econômico, escancarando a prática comumente aceita pelo empresariado de cooptar lucros e recursos sem grandes esforços, dispensando a prática competitiva de mercado e se engajando pela busca de privilégios perante o poder público, que são submetidos a subornos e ao *lobby* empresarial[56].

Sutherland chegou ao resultado de que todas as setenta grandes empresas por ele estudadas haviam passado por algum tipo de processo criminal ou estavam sendo indiciados pela prática de ilícitos à época do estudo[57]. Os principais e mais relevantes atos cometidos por estas empresas eram a restrição ao comércio, rebaixamento de preço, fraude financeira, violação de confiança e infração a regulamentações do período de guerra[58]. Tamanhas condutas, que se mostraram recorrentes nas grandes corporações estadunidenses da década de 1940, trazem à tona uma nova espécie de crime que, à época, ainda não era tipificada[59], tendo a dificuldade de seu reconhecimento como tal o fato de serem os responsáveis pela execução da prática delituosa, majoritariamente, os grandes e ricos homens de negócios[60]. Assim sendo, o Crime de Colarinho Branco foi posto como um tipo criminal novo – devido às mudanças de paradigmas sociais, subvertendo a retrógrada noção de criminalidade embasada em fatores classistas.

---

51 FRANÇA, L. A. A criminalidade de colarinho-branco: a proposição teórica de Edwin Hardin Sutherland. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, v. 5, n. 1, p. 53, 1 jan. 2014;.

52 GOTTSCHALK, P. Convenience in White-Collar Crime: Introducing a Core Concept. *Deviant Behavior*, v. 38, n. 5, p. 605–619, 4 maio 2017.

53 SUTHERLAND, E. H. *Crime de Colarinho Branco: Versão sem Cortes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 124.

54 FRANÇA, L. A. A criminalidade de colarinho-branco: a proposição teórica de Edwin Hardin Sutherland. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, v. 5, n. 1, p. 53, 1 jan. 2014.

55 SUTHERLAND, E. H. *Crime de Colarinho Branco: Versão sem Cortes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

56 SIMPSON, S. S. Reimagining Sutherland 80 years after white-collar crime. *Criminology*, v. 57, n. 2, p. 189–207, abril 2019.

57 SUTHERLAND, E. H. *Crime de Colarinho Branco: Versão sem Cortes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

58 FRANÇA, L. A. A criminalidade de colarinho-branco: a proposição teórica de Edwin Hardin Sutherland. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, v. 5, n. 1, p. 53, 1 jan. 2014.

59 COLEMAN, J. W. *A Elite do Crime: Para Entender o Crime de Colarinho Branco*. 5. ed. Barueri-SP: Manole, 2005.

60 GOOSSEN, M.; JOHANSSON SEVÄ, I.; LARSSON, D. Basic human values and white-collar crime: Findings from Europe. *European Journal of Criminology*, v. 13, n. 4, p. 434–452, jul. 2016.

> O criminoso de colarinho branco não se enxerga como criminoso porque não é tratado com os mesmos procedimentos oficiais como outros criminosos, e porque o seu status é oriundo de outra classe social, não se relacionando de forma pessoal e íntima com aqueles que se definem como criminosos[61].

O crime de colarinho branco, como evidenciado por Sutherland, é inegavelmente mais prejudicial à sociedade do que crimes isolados, tais quais homicídios, furtos etc., que, no entanto, por serem crimes cujos efeitos têm rápida visibilidade, causam uma maior comoção do público. O crime de colarinho branco tem os seus efeitos de maneira difusa, de complexa visibilidade e entendimento e, portanto, menos passível de apreço e entendimento da sociedade. Tal crime é financeiramente motivado, mas não por uma necessidade específica de suprir alguma carência urgente do criminoso, pelo contrário, se enquadra naquelas ações de caráter usurário, com vistas à concentração de riqueza dos grupos que atentam contra a ordem econômica[62].

Outro ponto fundamental para compreender o funcionamento deste crime se encontra na metodologia das empresas de sopesarem até que ponto a infração das leis lhes seriam benéficas. As empresas fariam escolhas racionais, analisando se os crimes corporativos seriam financeiramente viáveis. A maioria das 70 empresas estudadas foram punidas a pagar indenizações milionárias para ressarcir os prejuízos decorrentes da prática de atividades ilícitas e escusas que interferissem no natural curso da lógica concorrencial. Desse modo, o crime, tratado pelo Direito Penal, que é público, é levado ao âmbito do Direito Civil[63], que é privado[64]. Da mesma forma, a multa paga pelas empresas que poderia ou não acontecer a depender se o crime fosse descoberto poderia ser menor do que o lucro associado ao ato.

Dessa forma, Sutherland salienta a gritante diferença de tratamento condicionada aos criminosos de classes altas e baixas[65]. Enquanto estes últimos eram legados a implementações correcionais supervisionadas por policiais, juízes e promotores, além de condenados ao encarceramento e rotulados socialmente como marginais, aqueles primeiros, pertencentes às classes mais altas, ou não chegavam a responder por uma ação oficial ou, quando respondiam, o âmbito de jurisdição da ação era transferido do penal ao civil, restringido a ações indenizatórias. Além disso, quando não chegavam a responder em alguma ação civil, eram meramente advertidos administrativamente[66].

O deslocamento de jurisdição foi vantajoso para o infrator, que passou a não ser tratado como um criminoso, mas também para as vítimas que, ao pertencerem ao elo mais frágil do ponto de vista econômico, se poupavam de um desgastante e, por vezes, moroso processo penal e se viam satisfeitas com a celeridade do ressarcimento em pecúnia proveniente de indenização. Desse modo, o questionamento quanto à arbitrariedade do tratamento devido não era sequer levantado[67].

O poder político e econômico das grandes empresas lhes confere grande influência sobre a administração pública, ademais sobre os próprios legisladores. Isso resultou em uma prática recorrente do empresariado enquanto classe, que se organiza e utiliza de sua ostensiva influência social para requerer perante o governo a concretização de suas demandas, prática esta conhecida como *lobby*[68]. Assim, o *lobby* empresarial é uma útil ferramenta de alteração de leis que favorece a classe ou que as tornem mais flexíveis a seu favor, como caracterizar o crime de colarinho branco como violação cível[69].

---

61 SUTHERLAND, E. H. *Crime de Colarinho Branco: Versão sem Cortes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 339.

62 EATON, T. V.; KORACH, S. A Criminological Profile Of White-Collar Crime. *Journal of Applied Business Research (JABR)*, v. 32, n. 1, p. 129, 31 dez. 2015.

63 GOTTSCHALK, P. Convenience in White-Collar Crime: Introducing a Core Concept. *Deviant Behavior*, v. 38, n. 5, p. 605–619, 4 maio 2017.

64 SIMPSON, S. S. Reimagining Sutherland 80 years after white-collar crime. *Criminology*, v. 57, n. 2, p. 189–207, abril 2019.

65 EATON, T. V.; KORACH, S. A Criminological Profile Of White-Collar Crime. *Journal of Applied Business Research (JABR)*, v. 32, n. 1, p. 129, 31 dez. 2015.

66 LANDIN, L. V. B. S. *A impunidade e a seletividade dos crimes do colarinho branco*. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2015.

67 COLEMAN, J. W. A *Elite do Crime: Para Entender o Crime de Colarinho Branco*. 5. ed. Barueri-SP: Manole, 2005.

68 ; SIMPSON, S. S. Reimagining Sutherland 80 years after white-collar crime. *Criminology*, v. 57, n. 2, p. 189–207, abril 2019.

69 COLEMAN, J. W. *A Elite do Crime: Para Entender o Crime de Colarinho Branco*. 5. ed. Barueri-SP: Manole, 2005.

A priori, o *lobby* não é uma prática avessa à democracia, pois cabe a este modelo político zelar pelos interesses de todos, inclusive do empresariado[70]. No entanto, o aparato governamental, sob a mercê do poderio das grandes instituições privadas, logo atende a seus pedidos como uma forma de manter a governabilidade. Isto porque o poder econômico de grandes corporações representa uma fonte permanente de subsídio a campanhas de políticos e partidos, bem como influência financeira incisiva na permanência daqueles em determinados cargos[71]. Portanto, a maneira como o *lobby* é articulado com vistas a necessariamente priorizar as demandas de um setor específico em detrimento de todo o resto, mostra a gigantesca falha venal inerente ao sistema político-econômico.

Exemplificamos, nesse sentido, como a captura do Estado por parte das elites ocorre por diversas formas. Para entender como se dá a evolução da captura do Estado a partir das Elites no Brasil, é preciso realizar um resgate histórico das pesquisas sobre o assunto e como elas evoluíram no decorrer do último século.

4 Um resgate histórico das formas de influência no Brasil

Mancuso[72] faz um balanço da literatura sobre as relações empresa-Estado, classificando os estudos sobre o tema em ondas, elencando seus argumentos a cada período histórico. Interessante notar que a discussão sempre se dá quanto à força e à forma com a qual o empresariado influencia o Estado, ou seja, qual a capacidade e os mecanismos que a classe empresária possui para influenciar o Estado em diferentes momentos históricos. Além disso, o autor descreve uma agenda de pesquisa, a partir das formas e motivações que essas influências do público e do privado possuem.

A política econômica desenvolvida em cada momento histórico do Brasil influencia na relação entre em empresariado e Estado, duas delas centrais ao estudo, a de abertura e a de fechamento do país para o investimento de capital estrangeiro. O nível de desenvolvimento econômico industrial e financeiro do país, nesse sentido, incluem-se os tipos de empresa existentes em cada época e a ideologia da burguesia empresarial nacional, inclusive características de sua fragmentação ou agrupamento. E, por fim, suas influências e alianças ao longo da história, ou seja, como se deu a sua interferência na atuação estatal. Cada um desses fatores está situado em um momento histórico nacional e internacional que o influencia e deve ser levado em consideração.

A industrialização do Brasil, a qual toma força a partir da revolução de 1930, com Getúlio Vargas no poder e uma política de substituição de importações continua com maior ou menor grau até meados do século XX[73]. Nessa época, são criadas as leis trabalhistas e a Constituição de 1932[74]. O incentivo à indústria é grande e a ideologia empresarial, apesar de não ser hegemônica, apoiava-se na oligarquia agrária e favorecia o investimento de capital externo, mas era contra a entrada de empresas multinacionais no país[75].

As burguesias nacionais atuaram por um sistema de alianças com os latifundiários e a elite exportadora. Dois momentos ocorrem, o primeiro é o de fortalecimento do mercado interno pelo capital, que sai dos setores mercantis e agrários e subsidia o setor industrial com a substituição de importações. O segundo é uma "industrialização restritiva"[76] que adota tecnologias modernas utilizando menos mão-de-obra e produzindo

[70] SANTOS, M. L.; CUNHA, L. *Percepções sobre a Regulamentação do Lobby no Brasil: Convergências e Divergências*. Rio De Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

[71] SUTHERLAND, E. H. *Crime de Colarinho Branco: Versão sem Cortes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

[72] MANCUSO, W. P. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, p. 131–146, 2007.

[73] SILVA, M. F. G. DA. *Formação Econômica do Brasil Uma reinterpretação contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

[74] NUNES, E. DE O. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Brasília, 2003.

[75] CARDOSO, F. H. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

[76] CARDOSO, F. H. Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 118.

bens intermediários e de capital. Aparecem então oportunidades para a participação política dos empresários[77]. Dessa forma, percebe-se que o clientelismo, comum no início da industrialização de diversos países também ocorreu no Brasil, a partir de um favorecimento do Estado aos empreendimentos industriais[78].

> A indústria só existe pelo protecionismo, o café pelo amparo governamental – o Estado é o centro da economia, que a tutela e a dirige. O proletariado, um dos elementos desse favorecimento oficial, mas desdenhado pelo governo, merece, em consequência, igual atenção[79].

Segundo Cardoso[80], nota-se uma grande presença da atuação dos empresários junto ao governo quanto a esses fatores, no entanto, o autor vai defender que nem todas as interferências deram certo por conta da relação de Getúlio Vargas com o exterior e sua posição autoritária. Getúlio tentava equilibrar as influências do exterior com as necessidades do setor agroexportador, somente cedendo quando os interesses fossem alinhados, mostrando uma possível aliança.

A posição oficial do setor industrial, dada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pelo Conselho Federal De Comércio Exterior (CFCE), era de protecionismo do mercado interno concomitante com a defesa de investimentos do exterior no país. Os setores que mais cresceram foram: carne, que possui uma competição com frigoríficos internacionais; laticínios; pneumáticos e químicos farmacêuticos[81]. Conclui-se que a posição dos industriais é a de intervenção estatal com o objetivo de obter proteção do mercado interno contra as importações, e a não culpabilização e, até mesmo, defesa das empresas estrangeiras e seu capital investido no Brasil. Além disso, os empresários se posicionam contra a criação de um órgão federal central que tratasse desses assuntos, sabendo que com este, suas reivindicações perderiam força.

Segundo Faoro[82], ocorre um processo nacionalista de busca pela autossuficiência que conta com dois fatores apoiados pelo governo: a substituição de importações e a criação e incentivo das estatais em setores chave, como o petróleo e o ferro, embora as Estatais possuíssem financiamento privado e internacional. Pode ser visto nesse momento que a intervenção e regulamentação estatal ocorre e, mesmo com um governo autoritário, a influência do setor empresarial se fortalece.

> Desta forma se inicia o processo industrial de substituição de importações incentivado inicialmente pela alta dos preços das importações. Processo este – o da substituição das importações. Só possível de ser sustentado pelo apoio governamental, por via direta ou indireta. Inicialmente, todavia, o mecanismo operou por um estímulo derivado da crise[83].

Outro momento de destaque é o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Com o lema "50 anos em 5" e empréstimos internacionais, o Estado investiu no desenvolvimento de infraestrutura no País e claramente este investimento é vantajoso para o setor empresarial, que atua nas três áreas mais beneficiadas no plano de metas: energia, transportes e indústrias de base[84]. O desenvolvimentismo de JK era caracterizado por grandes investimentos públicos na melhoria da infraestrutura brasileira.

No contexto da Guerra Fria, as movimentações comunistas e capitalistas acentuam-se no país, o empresariado se caracteriza como anticomunista e o Estado brasileiro capta a influência de uma política nacional-desenvolvimentista. O desenvolvimento industrial da época envolve o crescimento das indústrias de base, a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE) e de grandes estatais, como a Vale do Rio Doce e a Petrobras, figuras importantes no processo de industrialização brasileira[85]. Estruturou-se então, uma

77 CARDOSO, F. H. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
78 NUNES, E. DE O. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Brasília, 2003.
79 FAORO, R. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 2012, p. 817-818.
80 CARDOSO, F. H. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
81 CARDOSO, F. H. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
82 FAORO, R. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 2012.
83 FAORO, R. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 2012, p. 861.
84 TAVARES, M. D. C. et al. O Plano de Metas e o papel do BNDE. Em: *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010. v. 4p. 45–93.
85 NUNES, E. DE O. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Brasília, 2003.

economia dividida entre Estatais, empresários nacionais e empresas estrangeiras e a atuação do Estado na economia, além de intervencionista conta com a atuação de empresas estatais e bancos públicos.

> Como deveria haver uma divisão do trabalho em termos dos espaços econômicos ocupados pelos três grupos (empresas nacionais, estrangeiras e estatais) e, por outro, como, apesar de diferenças substanciais na magnitude das empresas entre eles, tanto a empresa nacional quanto a estrangeira e a estatal encontram-se consolidadas no cenário econômico brasileiro nas suas respectivas áreas de influência[86].

Em especial, a década de 1950 é marcada pelo desenvolvimento industrial[87]. Faé[88] realiza uma análise do discurso desenvolvimentista do segundo governo Vargas (1951-1954), que aceita o investimento externo com a finalidade de diminuir a desigualdade dos países chamados de periféricos em relação aos centrais.

Nessa época, a intervenção do Estado na economia tem suas ressalvas do ponto de vista dos empresários, que se alinham com a ideologia liberal. No entanto, a influência destes sobre as decisões governamentais perpassa alianças com multinacionais. O grande crescimento das empresas faz com que os empresários passem a ter canais de comunicação com o governo que vão além das associações de classe[89].

Diversos argumentos apresentam a solidificação da relação empresa-Estado ao longo do tempo. Se, no início do século XX, eram necessárias alianças entre a classe empresária e outras classes para que os canais de influência fossem efetivos, outros mecanismos foram criados, como as associações de empresários e organizações do governo, permitindo a influência desse grupo no Estado. É interessante notar também que existia uma atomização das empresas, como explicam Diniz e Boschi[90], havia um número muito grande de pequenas empresas e poucas empresas grandes. Assim as associações de classe que tinham poucas grandes empresas no poder permitiam o controle da maioria formada por pequenas empresas. Nesse sentido, as associações tinham uma ideologia das grandes empresas, não representando a maioria da classe empresarial, formada pelas pequenas empresas.

Ainda que Jânio Quadros do Partido Trabalhista Nacional (PTN) fosse considerado conservador, sua eleição em 1961 não agradou aos empresários, no mesmo ano ele renunciou e assumiu o vice de outra chapa, João Goulart (na época presidente e vice eram votados separadamente), considerado uma ameaça ao país pelos militares[91]. O empresariado, por meio de suas associações de classe, principalmente a FIESP[92], e de alianças com órgãos do governo, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o CFCE, apoiaram o golpe militar em 1964[93].

Com o golpe militar, a elite empresária, de forma geral, continuou amparando o governo, principalmente os setores que recebiam os benefícios de investimento direto e protecionismo que o governo oferecia. Durante todo o regime militar, o setor específico das empreiteiras se desenvolveu com a realização de grandes obras, como a hidrelétrica de Itaipu e as usinas Nucleares Angra I e II. A relação deste setor com o governo da época é descrita por Campos[94] com base nos projetos financiados pelo governo e, também, na relação pessoal que esses empresários possuíam com o governo militar, participando dos mesmos eventos, clubes e associações.

---

86 CARDOSO, F. H. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 133.

87 BASTONI, M. A.; TONELLI, M. J.; SILVA, A. L. ESTRATÉGIAS DE PODER DE GESTORES INTERMEDIÁRIOS NO BRASIL. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 10, n. 4, p. 1–16, 2016.

88 FAÉ, R. O Discurso Desenvolvimentista no Segundo Governo Getúlio Vargas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 7, n. 2, p. 1–18, 2013.

89 DINIZ, E.; BOSCHI, RE. R. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-universitaria, 1978.

90 DINIZ, E.; BOSCHI, RE. R. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-universitaria, 1978.

91 BARROS, A.; TAYLOR, S. Think Tanks, Business and Civil Society: The Ethics of Promoting Pro-corporate Ideologies. *Journal of Business Ethics*, v. 162, n. 3, p. 505–517, 2020.

92 PEREIRA, A. A. Esclarecer e doutrinar: o projeto ideológico do Ipês. *Lumina*, v. 7, n. 2, p. 1–14, 2013;

93 RAMIREZ, H. Empresários e política no Brasil: O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971). *Diálogos*, v. 13, n. 1, p. 209–240, 2009.

94 CAMPOS, P. H. P. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. [s.l.] Universidade Federal Fluminense Instituto, 2012.

Diniz e Boschi[95] apresentam que, nessa fase, o empresariado também possuía uma identidade de classe não hegemônica, ou seja, existia atomização entre as organizações privadas. Dessa forma, a grande quantidade de pequenas empresas, sem força política, permitia que os grandes empresários apresentassem suas ideias com maior facilidade. Eles tinham acesso ao poder público por meio de contatos pessoais com os militares. Os autores apontam que a elite empresária possuía meios de comunicação com o governo, como políticos e ministros, no entanto, não detinham controle sobre a decisão final do presidente, dado o regime autoritário.

Vale ressaltar que não existia mais uma ideologia hegemonicamente nacionalista. Existiam grupos nacionalistas e outros que aceitavam a entrada de capital estrangeiro. Além disso, o contato com o Estado era feito diretamente por meio de órgãos regionais do executivo, havendo pressão, similar à década de 1930, para que não se criasse um órgão central para tratar os temas. Como conclusão, os autores apresentam uma fragmentação da elite empresária, que não se confunde com falta de atuação política. A partir de determinadas características, como a segmentação dos órgãos estatais e possibilidade de articulação, essa elite conseguiu manter a sua integridade econômica[96].

> Nos 20 anos anteriores a 1964 foram criadas 16 agências para a representação corporativa dos interesses empresariais junto ao Estado, enquanto nos cinco primeiros anos do regime militar 24 novos conselhos e agências corporativas foram criados, estreitando os laços entre o Estado e o empresariado[97].

Esse contato com o governo também é dado pelo posicionamento de atores importantes, que fizeram parte do IPES e apoiaram o golpe de 1964, em cargos nas empresas estatais, no governo e em instituições financeiras[98]. Os funcionários que continuaram no Instituto, por sua vez, sempre participavam de reuniões do governo. A relação, que já existia anteriormente, entre as empresas e o Estado, teve sua continuidade[99]. Durante essa época, houve uma substituição dos personagens de carreira política por militares e tecnocratas, muitos destes vindos de autarquias e instituições ligadas ao governo[100], como o Banco do Brasil, o que caracterizava uma estratégia de insulamento burocrático e corporativismo[101].

As empresas que cresceram durante a ditadura se internacionalizam e sua força criou canais de comunicação diversos com os Governos, assim, o tripé de empresas estatais, nacionais e estrangeiras continua. Essa configuração inicial vai buscar o *lobby* de defesa de seus interesses junto aos órgãos legislativos[102].

Pode-se ter como exemplo o setor de construção pesada, geralmente contratado pelo Estado para realização de grandes obras por meio de consórcios, licitações e concessões. Esses contratos contemplam, rodovias, hidrelétricas, termoelétricas, estádios e obras de infraestrutura. Desde o governo JK, essas construções foram centrais nas políticas desenvolvimentistas, muitas delas, como aponta Campos[103] , grandes obras que serviam de propaganda ao governo, nomeadas pelo autor, "Estranhas Catedrais".

Além desse contato direto, o setor de construção também é dirigido por grupos familiares. Ao longo dos anos, seu crescimento foi tamanho que, em conjunto, as empresas passaram a atuar nos cinco continentes e diversificaram seus ativos em variados setores, relacionados ou não com sua primeira atividade de construção. Ainda que abrissem capital, a abertura era feita de maneira que o controle permanecesse nas mãos

95 DINIZ, E.; BOSCHI, RE. R. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-universitaria, 1978.

96 DINIZ, E.; BOSCHI, RE. R. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-universitaria, 1978.

97 NUNES, E. DE O. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Brasília, p.127, 2003.

98 BARROS, A.; TAYLOR, S. Think Tanks, Business and Civil Society: The Ethics of Promoting Pro-corporate Ideologies. *Journal of Business Ethics*, v. 162, n. 3, p. 505–517, 2020.

99 BORTONE, E. DE A. Estado, aparelho privado de Hegemonia e empresariado: O caso do Instituto de pesquisas e Estudos Sociais (IPES). *Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*, 2015;

100 RAMIREZ, H. Empresários e política no Brasil: O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971). *Diálogos*, v. 13, n. 1, p. 209–240, 2009.

101 NUNES, E. DE O. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Brasília, 2003.

102 MANCUSO, W. P. O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. *Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 3, p. 505–547, 2004.

103 CAMPOS, P. H. P. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. [s.l.] Universidade Federal Fluminense Instituto, 2012.

dos familiares[104]. Hoje, elas atuam nos mais variados setores, desde a construção pesada até a procura de soluções ambientais, passando por óleo e gás, transporte e logística, naval e imobiliário[105].

Durante o período militar, especificamente na década de 1970, a Guerra fria e a crise do petróleo atingem a economia do Brasil que era dependente dos investimentos externos. O empresariado, sem o controle da decisão final do Estado, modifica seu apoio ao regime autoritário que, em um ponto de inflexão, passa a sofrer uma pressão lenta rumo à redemocratização[106].

> Após o golpe, houve uma reorientação drástica da relação entre Estado e economia. Passou-se de uma política de desenvolvimento econômico e intervenção estatal na economia para uma política de redução das funções econômicas do poder público e descompromisso com o desenvolvimento econômico. Em nome do liberalismo econômico e da democracia representativa, o poder público foi colocado numa posição menos ativa que aquela em que se encontrava nos anos de guerra[107].

A falta de hegemonia continua e, como explica Motta[108], os empresários alcançam seus interesses por meio de alianças com governos, trabalhadores e institutos, como o IPES, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)[109].Tais alianças fizeram prevalecer as ideias dos empresários em diferentes momentos da história. Durante o governo militar, houve influência desses empresários a favor do golpe de 1964, contudo, na década de 1970, novos movimentos contrários ao regime militar fazem parte da ideologia empresarial, que se apoiavam em outros grupos, como a mídia.

> Em consequência, a classe dominante no Brasil é a burguesia e não a tecnoburocracia militar. Estes possuem um certo grau de poder autônomo, na medida em que controlam diretamente o aparelho repressivo do Estado, mas sua autonomia é necessariamente limitada. Ela só parece plena nos momentos em que os militares contam com o apoio da burguesia. Quando esse apoio é retirado, o poder econômico e a hegemonia ideológica da burguesia levam a tecnoburocracia a fazer aflorar suas próprias contradições e a perder coesão e o poder[110].

Cabe a ressalva de que essa redemocratização ocorreu de forma lenta, inclusive pelo apoio dos empresários e do setor de construção pesada em realizá-lo dessa maneira. Nesse sentido, as mudanças estruturais do Brasil sempre são realizadas por um determinado grupo no poder, reformas são sempre distantes da população como um todo, influenciadas por uma minoria, seja no Golpe de 1964 ou na redemocratização dos anos 1980[111].

Rodriguez[112] reconhece a insustentabilidade do regime militar e acrescenta a falta de melhorias sociais efetivas no processo de transição democrática. O que acontece no fim desse período é uma quebra entre a aliança formada pelos empresários e os militares que estão no poder, no entanto, ainda que os empresários não se tornem dirigentes políticos, não significa que eles não conduziram o processo de redemocratização. Tal acontecimento vem acompanhado de uma crise fiscal do Estado e de uma crise de legitimidade da tecnoburocracia militar. O grupo no poder já não atendia aos interesses da classe empresária, todavia, a transição para a democracia foi realizada a partir de um pacto político populista, que busca atender os interesses da sociedade sem reconhecer a necessidade de reforma estatal [113].

Dentro dessa perspectiva interna, a redemocratização acontece no contexto de fim da Guerra Fria e é um período conturbado na economia nacional.

---

104 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

105 CAMPOS, P. H. P. A trajetória da Mendes Júnior: um caso emblemático de uma das empreiteiras da ditadura. *XII congresso Brasileiro de história Econômica*, n. 13ª conferência Internacional de História de Empresas, 2017.

106 BRESSER-PEREIRA, L. C. *O Colapso de Uma Aliança de Classes*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

107 MOTTA, F. C. P. *Empresários e Hegemonia Política*. São Paulo: brasiliense, 1979.

108 MOTTA, F. C. P. *Empresários e Hegemonia Política*. São Paulo: brasiliense, 1979.

109 BARROS, A. *Think Tanks, Business and the Building of Discourse Coalitions: the Case of IPES in Brazil*. São Paulo: ANPAD, 2017.

110 BRESSER-PEREIRA, L. C. *O Colapso de Uma Aliança de Classes*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, p. 220.

111 BARROS, A. *Think Tanks, Business and the Building of Discourse Coalitions: the Case of IPES in Brazil*. São Paulo: ANPAD,, 2017.

112 RODRIGUEZ, E. O "Social" Na Nova República. *Revista de Administração Pública*, v. 21, n. 4, p. 16–23, 1987.

113 BRESSER-PEREIRA, L. C. *O Colapso de Uma Aliança de Classes*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

Por outro lado, a intenção do processo de redemocratização era a atualização e melhoramento do sistema democrático e estatal brasileiro, além da posterior reforma gerencial de atualização do sistema administrativo[114]. Nesse aspecto, melhorias sociais em áreas de responsabilidade do Estado como alimentação, saúde, educação, desenvolvimento urbano, emprego e renda eram esperadas e previstas nos documentos de planejamento do processo (Planos nacionais e Planos de metas). Contudo, tais melhorias não foram significativas na época, dando atenção maior à reforma estatal[115].

> A transição democrática, fruto de uma dura luta de muitos e muitos anos, não proporcionou, porém, o espaço para uma verdadeira reforma da administração pública, uma reforma que consolidasse a Reforma Burocrática e transformasse a Reforma desenvolvimentista em uma Reforma Gerencial. Pelo contrário, significará no plano administrativo uma volta aos ideais burocráticos dos anos 30, e no plano político, uma tentativa de volta ao populismo dos anos 50[116].

Nos primeiros anos de retorno da democracia, o clientelismo dos anos militares deu espaço para uma aliança entre a burguesia empresária e a nova classe política. Tal relação de privilégios corporativistas e patrimonialistas tinha a intenção de retornar o Estado a uma posição de suporte para o empresariado, o sistema de substituição de importações retorna, mas a crise fiscal e econômica só é superada a partir do Plano Real. Em linhas gerais, o que se vê na época do processo de redemocratização é a preocupação com a manutenção das relações entre empresa e Estado, a necessidade de reforma da máquina pública em um Estado gerencial e a falta de contribuições sociais efetivas, o que traz para o período uma necessidade de políticas voltadas à estabilização econômica que só vêm a acontecer na década de 1990[117].

Com a economia mais estabilizada a partir do Plano Real, o Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) dá continuidade a uma política de privatização das Estatais. Durante a década de 1990 são privatizadas, entre outras empresas de diversos setores, a Usiminas (1991), a Companhia Siderúrgica Nacional (1993), a Embraer (1994), a Light (1996) e a Vale do Rio Doce (1997), hoje Vale. Essas privatizações envolveram a criação de grupos societários e o financiamento do, agora, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Contudo, muitas empresas não puderam pagar e negociaram parte das ações da empresa de volta com o BNDES. Ou seja, o governo continuou com influência nessas empresas, seja como acionista majoritário ou minoritário, estreitando laços entre os setores privado e público tendo um Estado empreendedor[118].

Ainda que nesse período a entrada de capital estrangeiro ocorra no Brasil, há uma maior influência do grupo empresarial dentro do sistema político e do governo em si. As análises quanto às doações de dinheiro para campanhas políticas por parte das empresas, participação societária de órgãos estatais em empresas privadas e o relacionamento entre grupo empresarial e Estado são possíveis dentro desse contexto de CPA[119]. Ressalta-se que esse relacionamento não é necessariamente ruim, ilegal ou ilegítimo, ele pode trazer os interesses de determinado setor da economia para a sociedade, o que poderia auxiliar no funcionamento do Estado como um todo. No entanto, também abre margem para atividades de caixa 2, corrupção, favorecimento político e clientelismo, que favorecem um grupo em detrimento da sociedade como um todo[120].

A década de 1990 consolidou o termo conhecido pelos brasileiros, o "Custo Brasil", que é um custo intrinsecamente calculado devido à falta de infraestrutura nacional relacionada à logística, ainda que o período

114 BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. [s.l.] editora 34, 1998.
115 RODRIGUEZ, E. O "Social" Na Nova República. *Revista de Administração Pública*, v. 21, n. 4, p. 16–23, 1987.
116 BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. [s.l.] editora 34, 1998.
117 BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. [s.l.] editora 34, 1998.
118 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
119 CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro*. [s.l.] Companhia das Letras, 2018.
120 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

desenvolvimentista tenha investido em grandes obras[121]. Era de interesse dos empresários e do Estado que esse custo fosse diminuído mediante obras estatais, o que intensifica a relação entre eles. O autor ainda conclui que os empresários têm maior número de sucessos do que insucessos, em questões por eles apontadas como favoráveis à redução do custo Brasil, seja em decisões legislativas ou executivas que mantenham ou alterem o *status quo*, mesmo não tendo uma comprovação de causa e efeito do *lobby* nessas medidas. Com esse esforço de melhorar a infraestrutura brasileira, percebe-se a centralidade do setor de construção, que se encontra na posição de cliente do Governo, contratado para a realização de grandes obras de infraestrutura.

Esse período é marcado pelo amadurecimento do mercado nacional. A inovação tecnológica modifica o capitalismo brasileiro e torna-o em grande parte financeiro. Isso ocorre, pois o setor bancário cresce e passa a ser menos dependente do governo[122]. Nesse sentido, um grande número de empresas se internacionaliza, a Bolsa de valores de São Paulo (Bovespa), em 2000, passa a integrar toda a comercialização de ações do Brasil e em 2008, já com o capital aberto, une-se à Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) dando origem à BM&FBovespa. A primeira década do século XXI é caracterizada pelo crescimento econômico, ou seja, existiram fatos positivos de desenvolvimento no país. Contudo, os escândalos de corrupção já passam a ser conhecidos pela população, depois do silenciamento durante a ditadura, como exemplo os Anões do Orçamento (1993) e o Mensalão (2005-2006).

Praça[123] , ao estudar o escândalo chamado Anões do Orçamento, apontou que os casos de corrupção da época levaram a reformas institucionais parciais. O caso pode ser rememorado pelo relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) criada pelo Requerimento nº 151/93-CN, com a finalidade de apurar as denúncias das atividades de parlamentares que, na comissão de orçamento, desviavam dinheiro público para organizações fantasmas ou com o auxílio de empreiteiras. Em específico no caso dessas, o documento descreve a formação de cartéis que negociavam obras, impedindo a livre competição no setor. Além disso, são citadas compras de políticos, interferências nos processos de licitação e pagamentos de propina[124].

O Mensalão, por outro lado, foi um escândalo de corrupção investigado no século XXI, envolvendo a compra de políticos para a manutenção do poder. A investigação deu ensejo à ação penal 470, movida pelo ministério público e julgada pelo STF, que condenou 25 pessoas, entre elas políticos[125]. Miguel e Coutinho[126] estudaram o caso a partir de sua repercussão na mídia, concluindo como essa apresentação colocava como resolução do problema a detenção de certos atores chave, o que trazia a ideia de "maças podres" como responsável pela corrupção, quando na verdade o problema poderia ser sistêmico[127]. Na época, os jornais de maior veiculação não se preocupavam com a necessidade de reestruturação do regime político.

Passados os escândalos, o final da década traz consigo a crise financeira de 2008 e uma demanda por maior intervenção estatal. A centralidade do governo na economia permaneceu e as privatizações, pela forma que foram feitas, possibilitavam a extensão do Estado na economia, principalmente via BNDES, que mantinha seu braço de investimento como acionista. Os fundos de pensão também se tornam pivôs do capitalismo de Estado quando, com apoio do governo, passam a ter parte do controle de diversos ramos industriais. Em resumo, a crise inflama os defensores da intervenção estatal, mesmo que as privatizações

121 MANCUSO, W. P. O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. *Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 3, p. 505–547, 2004.

122 TINTI, E. H.; ABDULMACIH, V. P. G. A Reestruturação Do Sistema Financeiro Brasileiro Na Década De 1990: Concentração e Internacionalização Bancária. *Pensamento & Realidade*, v. X, n. 21, p. 85–118, 2007.

123 PRAÇA, S. Corrupção e Reforma Institucional no Brasil, 1988-2008. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, p. 137–162, 2011.

124 BRASIL. Congresso Nacional. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Brasília, 1994. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84896.

125 BIROLI, F.; MANTOVANI, D. A PARTE QUE ME CABE NESSE JULGAMENTO: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". *Opinião Pública*, v. 20, n. 2, p. 204–2018, 2014.

126 MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. D. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, v. 13, n. 1, p. 97–123, 2007.

127 PEOPLES, C. D.; SUTTON, J. E. Congressional bribery as state-corporate crime: a social network analysis. *Crime, Law and Social Change*, v. 64, n. 2–3, p. 103–125, 2015.

dos anos anteriores não tenham diminuído a influência do governo em seu aspecto empresário. De maneira geral o que se viu desde a década de 1990 foi uma privatização que agradava aos empresários, mas que dava continuidade à atuação empresarial na economia, estreitando laços entre empresa e Estado em relações clientelistas[128].

A crise que afetou o mundo todo em 2008 parecia ter passado pelo Brasil sem grandes marcas, no entanto, novos fatos entram em cena. Sediar a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) beneficiou, entre outros grupos privilegiados, o setor de construção pesada[129], devido à necessidade de construir e reformar estádios e arenas esportivas[130]. Obras essas que são investigadas pela operação Lava Jato, já em andamento a partir de 2014, as quais serão apresentadas mais profundamente na análise de dados[131].

Em sequência, instala-se uma crise política com o *impeachment* de Dilma Rousseff e o governo turbulento de Michel Temer que abalou e apresentou, junto à Operação Lava Jato, uma série de características da relação empresa-Estado[132] que aparentemente existe há tempos, mas que só tem sido trazida a público nos últimos anos[133].

Mais recentemente, a polarização política entre os movimentos de centro esquerda e de extrema direita é acirrado pelo apoio de empresários. Se por um lado os empresários envolvidos nos escândalos de corrupção continuam buscando sua influência no Estado. É com a campanha e eleição de Jair Bolsonaro que fica evidente o apoio da Elite empresarial ao seu projeto político. O ativismo de CEOs, grupos como movimento Brasil Livre (MBL) e Brasil 200 mostraram forte apoio ao ex-presidente durante suas duas campanhas, tais grupos são formados por influenciadores digitais, mas também por empresários de grandes lojas varejistas que podem conquistar, a partir do apoio, o protecionismo e clientelismo do Estado Brasileiro.

Uma das grandes novidades das eleições mais recentes foi a proibição das doações eleitorais de campanha por pessoas jurídicas[134].Tal mecanismo permitido até a eleição de 2014 mascarava a preferência política das empresas. A partir da proibição a elite empresária precisou reinventar seu modelo de apoio político, por vezes fazendo campanhas políticas abertas, impulsionadas pelas mídias sociais em conjunto com doações de campanha por pessoas físicas.

5 Discussão

Com base na teoria das Elites, no conceito de captura do Estado e no contexto histórico Brasileiro é possível entender como as Elites brasileiras construíram historicamente formas de influenciar nas decisões estatais. A partir deste ensaio é possível perceber que, à medida que a democracia brasileira progride, o grupo de Elite se reinventa e utiliza de antigas e novas formas para capturar o Estado. As formas tradicionais de influência política e captura do estado se construíram historicamente e continuam vigentes atualmente, ainda que com novos modelos de influência. Entre elas pode-se elencar o clientelismo, o lobby e as associações

128 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

129 AMARAL, S. C. F. et al. A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 125–129, 2014.

130 COAKLEY, J.; SOUZA, D. L. DE. Legados de megaeventos esportivos: considerações a partir de uma perspectiva crítica. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 29, n. 4, p. 675–686, 2015.

131 CURI, M. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, v. 19, n. 40, p. 65–88, 2013.

132 DOMINGUES, J. M. Crise da república e possibilidades de futuro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 6, p. 1747–1758, 2017.

133 MANCEBO, D. Crise Político-Econômica No Brasil:Breve Análise Da Educação Superior. *Educação & Sociedade*, n. 0, p. 1–18, 2017.

134 BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84896.

de classe já utilizadas no início do século XX que se atualizaram. Por outro lado, novas formas de atuação como as doações de campanha, ativismo de CEOS e atuação direta com formação de partidos políticos e frente parlamentares tem surgido frente as mudanças contextuais e legislativas.

6 A velha captura do Estado: Clientelismo, Associações de Classe e Lobby

O clientelismo comum no início da industrialização tem continuado até hoje, exemplo disso está no setor de construção pesada com a construção e reformas dos estádios para os megaeventos do Brasil, além dos empréstimos subsidiados do BNDES. Em resumo, o clientelismo da década de 1930 não deixou de existir, pelo contrário, ele ficou institucionalizado e agregado a outros fatores no capitalismo de Estado atual[135].

O clientelismo ocorre para atender grupos específicos, ou seja, não se atende mais a empresa enquanto classe; o que se é feito, então, é atender a uma demanda específica de uma corporação ou grupo empresarial que utiliza de sua influência para obter favores e benefícios em detrimento de seus concorrentes. Determinada empresa, então, negocia junto a políticos ou partidos políticos a prestação e a contraprestação dessa espécie de contrato por eles firmados, a fim de que ambos os lados possam alcançar seus objetivos[136]. Evidentemente a relação clientelista se sobressai ao primeiro mecanismo tratado, principalmente por ser a base de um capitalismo de laços, no qual os interesses específicos e privados se antepõem aos interesses coletivos[137]. Assim,

> Imagine, por exemplo, uma empresa que considere excessiva a carga tributária incidente no seu setor. Essa empresa pode articular esforços via a sua associação ou sindicato setorial para obter redução de impostos. Alternativamente, pode travar contatos políticos para obter incentivos tributários regionais ou linhas de crédito subsidiadas que compensem os maiores impostos[...]. Negociações tributárias gerais são complexas e necessitam acomodar uma miríade de interesses diversos. Muitas vezes, esbarram em restrições orçamentárias do Estado e até mesmo impedimentos constitucionais. Além disso, uma redução generalizada de impostos beneficiará não somente determinada empresa, mas também os seus competidores. A estratégia de articulação clientelista, por outro lado, possibilitará ganhos estritamente privados e, questões éticas à parte, exigirá apenas um toma lá, dá cá localizado (algum tipo de apoio ao político em troca do favor obtido)[138].

Além disso, as associações de classe são criadas de forma a manejar e maquiar a influência de uma elite empresária no Estado. Por ser atomizada, a ideologia dos empresários nunca foi hegemônica. Ainda assim, a elite empresária influencia o governo através das associações de classe, tidas como alianças para defender interesses comuns de determinado setor, normalmente são controladas pelos maiores grupos empresariais. Dessa forma as grandes corporações podem entrar em contato e colocar seu posicionamento a partir de associações de classe, inclusive realizando pedidos em nome de todas as empresas do setor. Tal mecanismo criado entre os anos 1940 e 1960 perdura até hoje e é uma forma de manter a estreita relação entre a elite política e empresária.

Adentrando-se nas estruturas institucionais do sistema político-econômico brasileiro, chega-se às empresas privadas domésticas como a fonte irradiante de propulsão que o movimenta e regula[139]. Utilizando- se de sua influência, as empresas, como já foi dito, se alinham a políticos e/ou partidos, que funcionarão como representantes de seus interesses perante o governo, obviamente não sem algum tipo de benesse em troca[140].

135 NUNES, E. DE O. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Brasília, 2003.

136 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011; PINTO, J. R. L.; MANSOLDO, F. F. A FIBRIA e o "novo" papel do Estado no capitalismo brasileiro: do "Estado-empresário" ao "Estado-empresa". *Homa Publica-Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas*, v. 2, n. 1, p. 023, 2018.

137 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

138 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 42.

139 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

140 PINTO, J. R. L.; MANSOLDO, F. F. A FIBRIA e o "novo" papel do Estado no capitalismo brasileiro: do "Estado-empresário"

Assim, é por meio de projetos de leis ou propostas de emendas a leis orçamentárias, ou até mesmo a utilização de contatos internos para acessar pessoas influentes no executivo, que o político agirá em favor daqueles que, em troca, pagarão por sua reeleição, por exemplo, por meio das doações de campanhas significativas[141].

A pressão dos grupos de empresários se dá por meio de entidades e associações, como os sindicatos patronais, que se valem da articulação com governantes e políticos para viabilizar seus interesses ante a ordem social. No Brasil, o *lobby* é uma prática que constitui um grande mecanismo de aproximação entre grupos organizados e o governo. Dessa maneira, sindicatos patronais, por exemplo, através dessa prática, podem buscar negociar com o governo algum tipo de proteção ou mudança em encargos tributários, por exemplo, que abarcaria toda a classe solicitante[142].

Essas três práticas de clientelismo, associações de classe e lobby formam as estratégias das Elites empresariais de influenciar e capturar o Estado Brasileiro ao longo do século XX. Essas estratégias resultam em um patrimonialismo e protecionismo de certos grupos empresariais que conseguiram se manter no poder. As estratégias variavam entre relações lícitas, não regulamentadas e ilícitas como os recentes escândalos de corrupção tem mostrado[143]. Com a mudança na legislação e na formação dessas Elites novas formas de captura do Estado se juntam as antigas de forma a manter esse grupo com a capacidade de capturar o Estado.

7 A nova Captura do Estado: Doação de campanha, ativismo de CEOs e atuação direta.

Assim como o capitalismo, as Elites evoluem e se reinventam para se manter nas posições de poder e influência. O capitalismo de laços atual ainda mantém os mecanismos de clientelismo, lobby e associações de classe. Os recentes escândalos de corrupção revelam que tais mecanismos também envolvem doações de campanha e atividades ilícitas como propina e caixa dois. Ainda assim, as elites têm se reinventado com novas formas de atuação direta na captura do Estado, com o ativismo de CEOs e a formação de movimentos políticos[144].

Claessens, Feijen e Laeven[145], a partir de uma análise das campanhas de 1998 e 2002 no Brasil, concluem haver uma relação direta entre as doações feitas e as vantagens financeiras obtidas pelas doadoras. Nesse ínterim, uma maior facilidade de se obter capital financeiro foi dada àqueles grupos empresariais que mais investiram em doações de campanha[146].

O empresariado se utiliza do Estado como hospedeiro de onde retira recursos para manter a estrutura de benefícios, tal como funciona, inerte[147]. A elite oligárquica brasileira, vê na competição um mecanismo limitante para a maximização de seus lucros e perpetuação de suas posições de poder. Dessa forma, utilizam do Estado como parasita, tendo o sistema político como meio para manter sua hegemonia[148].

ao "Estado-empresa". *Homa Publica-Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas*, v. 2, n. 1, p. 023, 2018.

141 LANDIN, L. V. B. S. *A impunidade e a seletividade dos crimes do colarinho branco*. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2015.

142 CARBONAI, D.; DRAGO, C. AS LIBERDADES NO CAPITALISMO DE LAÇOS. *Organizações & Sociedade*, v. 24, n. 82, p. 379–389, 2017; LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

143 COELHO, C. C.; BARROS, A. Padrinhos e caciques: o lado sombrio da atividade política corporativa na captura do Estado. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 20, n. 1, p. 15–42, 1 jan. 2021.

144 COELHO, C. C.; BARROS, A. Padrinhos e caciques: o lado sombrio da atividade política corporativa na captura do Estado. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 20, n. 1, p. 15–42, 1 jan. 2021.

145 CLAESSENS, S.; FEIJEN, E.; LAEVEN, L. Political connections and preferential access to finance: The role of campaign contributions. *Journal of Financial Economics*, v. 88, n. 3, p. 554–580, 2007.

146 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

147 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

148 PALERMO, V. Brazilian Political Institutions: an Inconclusive Debate. *Brazilian Political Science Review*, v. 10, n. 2, 2016.

O ponto de partida para que se entenda melhor a forma como a elite empresarial se articula no poder desde a redemocratização até 2014 é o uso das empresas e Pessoas Jurídicas para o financiamento de campanhas eleitorais, principalmente através de caixa-dois. Isso pode ser observado a partir dos maiores escândalos políticos nacionais dos tempos recentes[149].

O problema crucial do caixa-dois, ou *propina*, se encontra no fato de não ser dinheiro carimbado ou reconhecido. É como se esses recursos estivessem "perdidos", dando margem a inúmeras finalidades escusas e, por vezes, pouco republicanas, alheias ao direito e que podem influenciar diretamente os resultados de eleições, culminando em um processo pouco democrático – isso porque quanto maior a quantidade de recursos injetadas em partidos políticos, maior a chance de promoção de campanhas eleitorais por diversas mídias e, consequentemente, da eleição do candidato. Esse esquema de propina executado pela Odebrecht passou a ser uma fonte de renda milionária aos principais e influentes partidos e políticos brasileiros[150].

No Brasil, a participação de grandes empresas no financiamento de campanhas a partidos e políticos se mostrou significativa, comportando a maior parte do total de doações realizadas. "Nas seis eleições gerais ocorridas entre 1994 e 2014, a participação das empresas no total da arrecadação dos partidos e candidatos variou entre 62% (em 2010) e 76,4% (em 2014)"[151]. 60% de todo o volume auferido vinha de apenas 483 agentes, sendo desse total 33 pessoas e 450 empresas[152]. Apesar da concentração do aporte total de recursos eleitorais em poucos agentes, tais valores ainda podem estar subestimados. Isso porque grandes conglomerados econômicos possuem uma estrutura societária complexa e que, por vezes, possuem em sua constituição diversas empresas, consequentemente, diversos CNPJ's diferentes. Dessa forma, tal peculiaridade permitia que um mesmo grupo econômico, sob o uso de inúmeros CNPJ's diversos, doassem quantias milionárias a partidos e campanhas, ultrapassando significativamente o valor alegado na doação oficial[153].

Além da estratégia de se dispor de inúmeros CNPJ's para maquiar doações pelo mesmo grupo empresarial, outro estratagema era empregado: a utilização de terceiros, *laranjas*, para a realização de doações de campanhas. Um exemplo citado pelo autor é o caso da Cervejaria Petrópolis, utilizada pela Odebrecht como meio para seu intento ardiloso[154]. O problema aqui exposto é o quanto o sistema político brasileiro é sustentado por uma elite empresarial cujo interesse vai além de uma briga de ideologias políticas. Um dos maiores obstáculos, então, se encontra no fato de como as grandes corporações empresariais controlam o legislativo, judiciário e executivo, por meio da "compra" de políticos e partidos através do financiamento de campanhas. É viável, logo, concluir o quão perigoso é à democracia e aos interesses sociais a assimetria de poder e a capacidade de influências de agentes concentrados que conseguem, tão facilmente, incorporar seus interesses específicos na agenda nacional.

Partindo de tal perspectiva, a conclusão a que se chega é a de que os principais grupos empresariais brasileiros, por meio das doações eleitorais, passaram a constituir uma agenda política em que seus interesses se sobrepunham aos interesses coletivos de um modo geral. Ou seja, doações milionárias implicam necessariamente em favores ou benefícios para as respectivas doadoras no que tange à produção legislativa ou até mesmo na facilitação de negociações relativas ao acesso ao crédito diferenciado, contratos públicos ou benesses em licitações[155].

Diferentemente do que muitas vezes se é propagado pelo senso comum, para Carazza[156], o "investimento" realizado em um partido ou político específicos não segue as nuances ideológicas, mas pragmáticas, ba-

149 CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018.
150 CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018.
151 CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018, p. 43.
152 CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018.
153 CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018.
154 CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018.
155 PINTO, J. R. L.; MANSOLDO, F. F. A FIBRIA e o "novo" papel do Estado no capitalismo brasileiro: do "Estado-empresário" ao "Estado-empresa". *Homa Publica-Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas*, v. 2, n. 1, p. 023, 2018.
156 CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018.

seado na probabilidade de quem tem maiores chances de vencer uma eleição, ou seja, o critério empreendido é o da influência de tal partido ou político na esfera pública, uma vez que o vencedor servirá de instrumento para a concretização dos objetivos de seus principais doadores. Dessa forma, uma mesma empresa financiava partidos de ideologias opostas ao mesmo tempo, sendo, como já foi dito, o foco no retorno que o partido daria às empresas estando ele no poder[157].

O caso da Odebrecht não é um caso isolado ou atípico. Muito pelo contrário, é um caso recorrente ao funcionamento do sistema político brasileiro. Dados são fornecidos, bem como relatos de pessoas influentes, de que tal agenda pragmática é seguida rigorosamente por grandes empresas que visam a permanência no círculo do poder[158]. Dessa forma, elas se adaptam muito bem ao contexto social da época, travestindo seus interesses como se de acordo estivessem com os interesses do partido político prestigiado no momento, mas que na verdade não passa de uma estratégia para passar a imagem ao grande público de uma cooperação entre o público e o privado de fins altruístas, em prol de toda a sociedade brasileira.

Os chamados 'Caciques' dos partidos se articulavam para a angariação de votos e alocação dos recursos resultantes das campanhas eleitorais. Os caciques políticos são agentes protagonistas dentro dos partidos políticos (não necessariamente candidatos) e se formam na política brasileira principalmente devido a sua alta capacidade de cooptação de recursos para o seu partido[159].

Sendo menos criteriosas as regras de como devem ser alocados os recursos provenientes de doações dentro dos partidos, surge então uma significativa brecha que torna o mecanismo eleitoral ainda mais personalista, onde os vínculos pessoais fazem toda a diferença na escolha de determinados políticos que serão beneficiados com maiores provisões do que os seus correligionários. O resultado óbvio é a facilidade com que os caciques dispõem, a seu arbítrio, de políticos em cargos de liderança no Congresso, sendo estes figuras-chaves na representatividade de interesses próprios de grandes empresas e corporações financiadoras do seu partido político[160].

A lógica existente na esquemática relação entre caciques e seus partidos pode ser compreendida, do ponto de vista dos doadores, como uma espécie de economia recursal, ou seja, busca-se evitar o desperdício de dinheiro ao se apostar em políticos de forma isolada, sendo, portanto, mais útil deixar a cargo dos caciques partidários a escolha viável de políticos específicos que estarão submetidos ao poder dos mesmos; logo, com a mesma quantidade de doação que iria a um único político, vai-se a um partido, onde é aportada de maneira estratégica e conveniente a políticos com posições centrais de influência[161].

Os resultados desses financiamentos na máquina pública são variados e acontecem: a) na formação de bancadas no Congresso; b) na constituição de comissões e suas respectivas presidências; c) na movimentação e priorização de determinados projetos de lei propostos pelo Executivo, especialmente pelo mecanismo das medidas provisórias, bem como d) na indicação de cargos de confiança que compõem os quadros de trabalhadores na Esplanada dos Ministérios. Já para as empresas, o resultado é visto: a) na regulamentação (facilitação) de exercício de atividades econômicas; b) na regulamentação (ou flexibilização) das normas ambientais; c) na concessão de privilégios em processos licitatórios e, por fim, d) na agenda de extrafiscalidade estatal, especialmente no que diz respeito a incentivos e isenções fiscais[162]

Essa prática empresarial, denominada *rent seeking*, pode ser caracterizada como uma prática política em que grupos de pressão, correntemente o empresariado, por meio de lobby, buscam vantagens e privilégios

[157] RODRIGUES, C. C.; BARROS, A. From Caciques and Godfathers to Second-Order Corruption. *Journal of Management Inquiry*, v. 31, n. 1, p. 67–81, 11 jan. 2022.

[158] CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018.

[159] CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018.

[160] PINTO, J. R. L.; MANSOLDO, F. F. A FIBRIA e o "novo" papel do Estado no capitalismo brasileiro: do "Estado-empresário" ao "Estado-empresa". *Homa Publica-Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas*, v. 2, n. 1, p. 023, 2018.

[161] CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018.

[162] CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018.

específicos diante do poder decisório público[163]. Tais benesses podem ser concedidas através de créditos subsidiados, isenções fiscais e de barreiras comerciais que vão facilitar determinado grupo econômico a deter o monopólio de determinado mercado. Dessa forma, o *rent seeking* é uma prática que verte à competição de agentes privados por benefícios de caráter público, geralmente econômicos, dispensando, por exemplo, o critério da rentabilidade de tal agente no desenvolvimento da economia nacional para a concessão dos privilégios[164].

O que influi, então, na sua prática, por conseguinte, é o poder econômico dos agentes "competidores". Obviamente, o poder econômico do grupo de interesse influenciará de modo cabal as decisões políticas. Isso porque, como vimos, política no Brasil é feita somente à custa de muito dinheiro[165] . Assim, é manifesto o impacto que as doações de campanha têm na função de tornar certos agentes privados mais efetivos em sua atividade de *lobbying*, ocasionando em uma evidente assimetria de poder[166].

Empresários percebem vantagens em fazer doações milionárias, muitas vezes via caixa-dois, para campanhas eleitorais. A explicação dominante dada é que as doações servem mais como uma espécie de pedágio aos trâmites burocráticos do Estado. Logo, as doações são "uma forma de se proteger contra ações discriminatórias ou disfunções da máquina estatal"[167].

A partir da proibição das doações de campanha por pessoas jurídicas[168] e do avanço da contraditória operação Lava Jato os mecanismos de doação de campanha lícitas ou ilícitas foram dificultados. Mas o capitalismo de laços e a rede de atuação entre a elite Política e empresária continua a existir. Entre os exemplos das novas formas de influência das Elites nas decisões Estatais está a atuação direta dos empresários por meio do ativismo de CEOs, da formação de partidos e movimentos políticos e das frentes parlamentares.

O ativismo de CEOs pode ser definido como a atuação de um CEO em prol de uma causa política ou social[169]. Tal fenômeno é estudado frequentemente com questões sociais e ambientais[170]. No entanto, no brasil CEOs muitas vezes também são donos das organizações sua atuação também é política e ocorre no compartilhamento de ideias e na campanha política para determinado candidato durante as eleições seja dentro da sua organização, ou nas mídias sociais. Se as doações de campanha podiam ser entendidas como *rent seeking* o apoio político dado pelos CEOs também busca benefícios privados quando da eleição de seus representantes.

Outro comportamento de captura do Estado é a criação de partidos e movimentos políticos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e institutos como o movimento Brasil 200. Ambos posicionados como de direita no Brasil, tais movimentos conquistam acesso direto a vagas nas câmaras legislativas de todas as esferas do poder público. O Brasil 200, por exemplo, conta com a participação direta de empresários em sua fundação e se torna uma frente parlamentar na câmara dos deputados federais[171].

163 MONTEIRO, J. V. Rent seeking em tempos de crise. *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 1, p. 257–266, fev. 2009.

164 CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018; MONTEIRO, J. V. Rent seeking em tempos de crise. *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 1, p. 257–266, fev. 2009.

165 CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro.* [s.l.] Companhia das Letras, 2018; LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

166 MONTEIRO, J. V. Rent seeking em tempos de crise. *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 1, p. 257–266, fev. 2009.

167 LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 52.

168 BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84896.

169 CHATTERJI, A. K; TOFFEL, M. W. Assessing the Impact of CEO Activism. *Organization & Environment*, v. 32, n. 2, p. 159–185, 14 jun. 2019.

170 BRANICKI, L. et al. The Morality of "new" CEO Activism. *Journal of Business Ethics*, v. 170, n. 2, p. 269–285, 24 maio 2021.

171 ROCHA, C. "*Menos Marx, mais Mises": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 19 set. 2019.

Uma diferença crucial entre o lobby e as doações de campanha e a atuação direta é que elas eram realizadas independentemente da posição política ou partidária dos candidatos[172]. A atuação direta e o ativismo de CEOs apresenta um apoio claro a um espectro político mais bem definido, o que descaracteriza a mera troca de apoio por favores independentemente da posição política. Nesses novos casos, o empresariado volta com a antiga política de apadrinhamento, ainda que com uma campanha mais explícita com o público que é capaz de influenciar.

8 A evolução da captura do Estado no Brasil

As velhas formas de captura do Estado eram dadas por meio de Elites constituídas por seu poder econômico que atuavam em redes, dessa forma elas utilizavam de clientelismo, lobby e associações de classe no sentido de ter o favorecimento do poder Público. Tal mecanismo gerava o chamado clientelismo e patrimonialismo visto durante todo o século XX independentemente do contexto de proteção ou abertura econômica. Ainda que estas formas de captura persistam, as elites atuais são consolidadas pela sua capacidade financeira aliada a seu poder de influenciar o poder público. Nesse sentido, novas formas de captura do Estado como a doação de campanha, o ativismo de CEOs e a atuação direta na política emergem. Como resultado a estratégia empresarial passa a ser de influência no poder público e de *rent seeking*, procurando retorno financeiro em suas atividades políticas corporativas.

A partir da análise das teorias das Elites e captura do Estado em conjunto com diferentes análises sobre crimes e escândalos de corrupção aqui estudado é possível propor um quadro teórico que sintetiza as velhas e novas formas de captura do Estado Brasileiro como pode ser visto na Figura 1 que busca responder a pergunta de pesquisa.

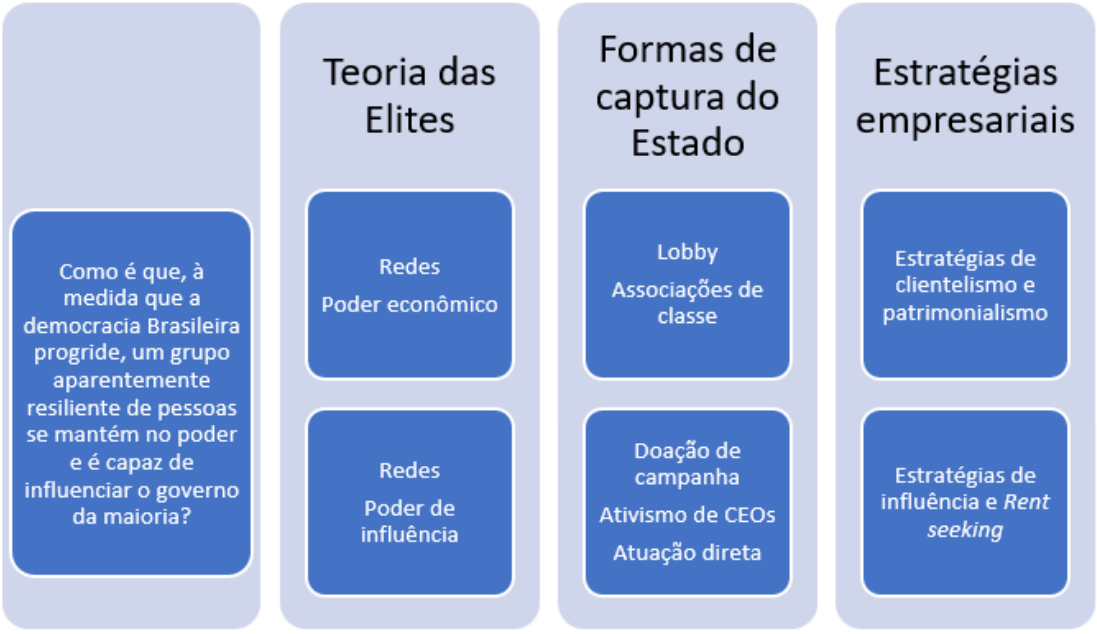

Figura 1: Evolução das estratégias das Elites empresariais na captura do Estado

Vale ressaltar que as formas de captura do Estado a atuação empresarial se situam no limiar da legalidade. Por vezes essa atuação pode ser realizada por meio de ações lícitas como associações de classe e doações de campanha regulamentadas, em outros momentos o uso de atividades não regulamentadas como o *lobby* ou

[172] AGGARWAL, R. K.; MESCHKE, F.; WANG, T. Y. Corporate Political Donations: Investment or Agency? *Business and Politics*, v. 14, n. 1, p. 1–38, 20 abr. 2012.

até mesmo ilegais como a propina e o uso de caixa dois levam a crimes corporativos. As organizações buscam meios de se isentar da responsabilidade e não endereçar a questão da legalidade de suas ações por meios jurídicos. Dessa forma a atuação das elites continua a permear atividades ilícitas ou a falta de regulamentação na no exercício da captura do Estado[173].

A partir dessa explanação entende-se como a Elite Brasileira ao longo do tempo se reinventa e permanece influenciando e capturando o Estado. Ainda que mecanismos de patrimonialismo e clientelismo continuem existindo, as novas legislações modificam a forma de troca entre os atores[174]. Nesse sentido, a influência dentro do capitalismo de laços continua e se reinventa com novas formas de atuação política por parte do empresariado. Se antes o Lobby e as associações de classe permitiam a captura do Estado por meio do poderio econômico e apadrinhamento. As Elites continuam a influenciar as decisões estatais seja por meio de doação de campanha, lícita ou ilícita, ou por meio de sua rede de influência com ativismo político e atuação direta na esfera pública.

9 Considerações finais

À medida que a democracia brasileira progride um grupo aparentemente resiliente de pessoas se mantém no poder ao reinventar as formas de exercer sua influência no Estado. Este ensaio problematizou a teoria das Elites e as formas que este grupo possui de influenciar e capturar o Estado brasileiro.

Por meio de uma explicação teórica desses dois conceitos e um resgate histórico das formas de influência empresarial no Estado Brasileiro, foi possível observar que as formas tradicionais de captura do Estado continuam a ser relevantes atualmente por meio de uma atuação em rede do capitalismo de laços brasileiro. Contudo, a Elite tem se reinventado com versões modificadas de formatos antigos de influenciar as decisões Estatais. Assim como a definição de elites está em fluxo, a forma como essas elites capturam o estado para si também se modifica com o tempo e a partir de mudanças no contexto histórico e nas regulamentações.

No âmbito relacional entre agentes públicos e privados existe um sistema de trocas de favores privados e de ações ilícitas. O problema levanta um debate que ainda reside mal solucionado na literatura: "*onde colocar a culpa pelo patrimonialismo brasileiro? nos agentes políticos e estatais, ou no empresário?*". Por um lado, há o argumento de que a culpa reside no próprio Estado, que se deixa; por outro, há também o argumento de que o processo se inicia nos atores privados, nas grandes empresas e corporações, que corrompem o Governo a fim de garantir suas benesses. A explorar essa questão a partir da teoria das Elites, percebe-se que em ambos os lados, grupos consolidados de agentes no poder exercem influência para dar continuidade as estratégias de clientelismo e *rent seeking*.

A contribuição deste ensaio se dá na problematização das formas de captura do Estado pelas Elite Brasileiras. Frente a recente polarização política e as novas regras institucionais as Elites Brasileiras têm se reinventado para atuar e influenciar o Estado Brasileiro de forma direta e personalista. Anteriormente, as pesquisas apontavam para a presença de grupos empresariais se aproveitando de um clientelismo específico de seu setor. Recentemente os escândalos de corrupção revelaram que a estratégia de *rent seeking* por meio das doações lícitas e ilícitas de campanha acompanharam a influência das Elites no Estado brasileiros.

Novas formas de captura do Estado como o ativismo de CEOs e a atuação direta de empresários na política por meio de candidaturas e frentes parlamentares permitem a consolidação de uma elite de influência que continua a se manter no poder e capturar o poder público em benefício próprio. As atuações variam entre estratégias lícitas, não regulamentadas e ilícitas. Vê-se que o uso do clientelismo e patrimonialismo,

173 SUTHERLAND, E. H. *Crime de Colarinho Branco: Versão sem Cortes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
174 SUTHERLAND, E. H. *Crime de Colarinho Branco: Versão sem Cortes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

aliado as associações de classe e ao lobby se fortaleceram ao longo dos anos como forma de beneficiar determinados grupos privados. Por outro lado, desde a redemocratização as doações de campanha por pessoas jurídicas assumiram um papel relevante no *qui pro quo* entre a elite econômica e a elite política. Mais recentemente, com a proibição destas doações, empresários tem se lançado como ativistas ou até mesmo como parte integrante do movimento político, com partidos e frentes parlamentares. Ainda que em uma democracia formal o controle total das escolhas do setor público não ser possível, a atuação das Elites fomenta seu controle parcial e mantem o mesmo grupo no poder.

Esta pesquisa de caráter ensaístico propõe a observação de novas formas de manutenção do poder tem emergido por parte das elites brasileiras. Esta proposta, no entanto, é limitada pelo caráter teórico deste texto, o que sugere a necessidade de futuros estudos para o aprofundamento do tema e sua evolução a partir de casos empíricos.

Referências

AGGARWAL, R. K.; MESCHKE, F.; WANG, T. Y. Corporate Political Donations: Investment or Agency? *Business and Politics*, v. 14, n. 1, p. 1–38, 20 abr. 2012.

AMARAL, S. C. F. et al. A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 125–129, 2014.

BARLEY, S. R. Corporations, democracy, and the public good. J*ournal of Management Inquiry*, v. 16, n. 3, p. 201–215, 2007.

BARROS, A. *Think Tanks, Business and the Building of Discourse Coalitions: the Case of IPES in Brazil*. São PauloANPAD,2017.

BARROS, A.; TAYLOR, S. Think Tanks, Business and Civil Society: The Ethics of Promoting Pro-corporate Ideologies. *Journal of Business Ethics*, v. 162, n. 3, p. 505–517, 2020.

BASTONI, M. A.; TONELLI, M. J.; SILVA, A. L. ESTRATÉGIAS DE PODER DE GESTORES INTERMEDIÁRIOS NO BRASIL. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 10, n. 4, p. 1–16, 2016.

BERTERO, C. O. Réplica 2 - o que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 338–342, 2011.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. A PARTE QUE ME CABE NESSE JULGAMENTO: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". *Opinião Pública*, v. 20, n. 2, p. 204–2018, 2014.

BORGATTI, S. P.; FOSTER, P. C. The Network Paradigm in Organizational Research: A Review and Typology. *Journal of management*, v. 29, n. 6, p. 801–830, 2003.

BORTONE, E. DE A. Estado, aparelho privado de Hegemonia e empresariado: O caso do Instituto de pesquisas e Estudos Sociais (IPES). *Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*, 2015.

BRANICKI, L. et al. The Morality of "new" CEO Activism. *Journal of Business Ethics*, v. 170, n. 2, p. 269–285, 24 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84896.

BRASIL. Congresso Nacional. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/84896>

BRESSER-PEREIRA, L. C. *O Colapso de Uma Aliança de Classes*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. [s.l.] editora 34, 1998.

BURRIS, V. Interlocking Directorates and Political Cohesion among Corporate Elites. *American Journal of Sociology*, v. 111, n. 1, p. 249–283, jul. 2005.

CAMPOS, P. H. P. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. [s.l.] Universidade Federal Fluminense Instituto, 2012.

CAMPOS, P. H. P. A trajetória da Mendes Júnior: um caso emblemático de uma das empreiteiras da ditadura. *XII congresso Brasileiro de história Econômica*, n. 13ª conferência Internacional de História de Empresas, 2017.

CARAZZA, B. *Dinheiro, eleições e poder, As engrenagens do sistema político brasileiro*. [s.l.] Companhia das Letras, 2018.

CARBONAI, D.; DRAGO, C. AS LIBERDADES NO CAPITALISMO DE LAÇOS. *Organizações & Sociedade*, v. 24, n. 82, p. 379–389, 2017.

CARDOSO, F. H. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CHATTERJI, A. K; TOFFEL, M. W. Assessing the Impact of CEO Activism. *Organization & Environment*, v. 32, n. 2, p. 159–185, 14 jun. 2019.

CLAESSENS, S.; FEIJEN, E.; LAEVEN, L. Political connections and preferential access to finance: The role of campaign contributions. *Journal of Financial Economics*, v. 88, n. 3, p. 554–580, 2007.

COAKLEY, J.; SOUZA, D. L. DE. Legados de megaeventos esportivos: considerações a partir de uma perspectiva crítica. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 29, n. 4, p. 675–686, 2015.

COELHO, C. C.; BARROS, A. Padrinhos e caciques: o lado sombrio da atividade política corporativa na captura do Estado. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 20, n. 1, p. 15–42, 1 jan. 2021.

COLEMAN, J. W. *A Elite do Crime: Para Entender o Crime de Colarinho Branco.* 5. ed. Barueri-SP: Manole, 2005.

COUTO, F. F. et al. Neoliberalismo, ethos empresarial e corrupção nos discursos da família Odebrecht. *Farol Revista de estudos organizacionais e sociedade*, 2023.

CROUCH, C. *Post-Democracy*. Cambridge: Polity, 2004.

CROUCH, C. *The Knowledge Corrupters Hidden Consequences of the Financial Takeover of public life*. Cambridge: John Wiley & Sons, 2016.

CURI, M. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, v. 19, n. 40, p. 65–88, 2013.

DAVIS, A.; WILLIAMS, K. Introduction: Elites and Power after Financialization. *Theory, Culture and Society*, v. 34, n. 5–6, p. 3–26, 2017.

DAVIS, G. F.; GREVE, H. R. Elite Networks and Governance Changes in the 1980s. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 1, p. 1–37, 1997.

DINIZ, E.; BOSCHI, RE. R. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-universitaria, 1978.

DOMHOFF, G. W. *Who Rules America?* Englewood Cliffs New jersey: Prentice-Hall, Inc., 1967. v. 1

DOMINGUES, J. M. Crise da república e possibilidades de futuro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 6, p. 1747–1758, 2017.

EATON, T. V.; KORACH, S. A Criminological Profile Of White-Collar Crime. *Journal of Applied Business Research (JABR)*, v. 32, n. 1, p. 129, 31 dez. 2015.

FAÉ, R. O Discurso Desenvolvimentista no Segundo Governo Getúlio Vargas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 7, n. 2, p. 1–18, 2013.

FAORO, R. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 2012.

FRANÇA, L. A. A criminalidade de colarinho-branco: a proposição teórica de Edwin Hardin Sutherland. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, v. 5, n. 1, p. 53, 1 jan. 2014.

FRÓES COUTO, F. et al. História e Cultura da Corrupção dos Agentes Públicos no Brasil: Uma Leitura Transversal das obras de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Darcy Ribeiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 20 jan. 2023.

GOOSSEN, M.; JOHANSSON SEVÄ, I.; LARSSON, D. Basic human values and white-collar crime: Findings from Europe. *European Journal of Criminology*, v. 13, n. 4, p. 434–452, jul. 2016.

GOTTSCHALK, P. Convenience in White-Collar Crime: Introducing a Core Concept. *Deviant Behavior*, v. 38, n. 5, p. 605–619, 4 maio 2017.

HUIJZER, M. J.; HEEMSKERK, E. M. Delineating the corporate elite: Inquiring the boundaries and composition of interlocking directorate networks. *Global Networks*, v. 21, n. 4, p. 791–820, out. 2021.

JANCSICS, D.; JÁVOR, I. Corrupt Governmental Networks. *International Public Management Journal*, v. 15, n. 1, p. 62–99, 2012.

KHAN, S. R. The Sociology of Elites. *Annual Review of Sociology*, v. 38, n. 1, p. 361–377, 2012.

LANDIN, L. V. B. S. *A impunidade e a seletividade dos crimes do colarinho branco*. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2015.

LAZZARINI, S. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEE, G. et al. Celebrity CEO, identity threat, and impression management: Impact of celebrity status on corporate social responsibility. *Journal of Business Research*, v. 111, p. 69–84, abr. 2020.

MACLEAN, M.; HARVEY, C.; KLING, G. Pathways to Power: Class, Hyper-Agency and the French Corporate Elite. *Organization Studies*, v. 35, n. 6, p. 825–855, 2014.

MANCEBO, D. Crise Político-Econômica No Brasil:Breve Análise Da Educação Superior. *Educação & Sociedade*, n. 0, p. 1–18, 2017.

MANCUSO, W. P. O Lobby da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. *Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 3, p. 505–547, 2004.

MANCUSO, W. P. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, p. 131–146, 2007.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320–332, 2011.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. D. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, v. 13, n. 1, p. 97–123, 2007.

MILGRAM, S. The small world problem. *Psychology Today*, v. 1, n. 1, p. 61–67, 1967.

MILLS. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press, 1956.

MIZRUCHI, M. S. *The Fracturing of the American Corporate Elite*. 1 ed ed. Massachussets: Harvard University Press, 2013.

MONTEIRO, J. V. Rent seeking em tempos de crise. *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 1, p. 257–266, fev. 2009.

MOTTA, F. C. P. *Empresários e Hegemonia Política*. São Paulo: brasiliense, 1979.

NIELSEN, R. P. Corruption Networks and Implications for Ethical Corruption Reform. *Journal of Business Ethics*, v. 42, n. 2, p. 125–149, 2003.

NUNES, E. DE O. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Brasília, 2003.

OMETTO, M. P. D. S. DE L. *Implicit Corporate Political Activity and Elite Formation*. 2014. 101 f. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

PALERMO, V. Brazilian Political Institutions: an Inconclusive Debate. *Brazilian Political Science Review*, v. 10, n. 2, 2016.

PEOPLES, C. D.; SUTTON, J. E. Congressional bribery as state-corporate crime: a social network analysis. *Crime, Law and Social Change*, v. 64, n. 2–3, p. 103–125, 2015.

PEREIRA, A. A. Esclarecer e doutrinar: o projeto ideológico do Ipês. *Lumina*, v. 7, n. 2, p. 1–14, 2013.

PINTO, J. R. L.; MANSOLDO, F. F. A FIBRIA e o "novo" papel do Estado no capitalismo brasileiro: do "Estado-empresário" ao "Estado-empresa". *Homa Publica-Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas*, v. 2, n. 1, p. 023, 2018.

PRAÇA, S. Corrupção e Reforma Institucional no Brasil , 1988-2008. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, p. 137–162, 2011.

RAMIREZ, H. Empresários e política no Brasil: O Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), 1961-1971). *Diálogos*, v. 13, n. 1, p. 209–240, 2009.

REED, M. Masters of the universe: power and elites in organization studies. *Organization Studies*, v. 33, n. 2, p. 203–221, 2012.

ROCHA, C. *"Menos Marx, mais Mises": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 19 set. 2019.

RODRIGUES, C. C.; BARROS, A. From Caciques and Godfathers to Second-Order Corruption. *Journal of Management Inquiry*, v. 31, n. 1, p. 67–81, 11 jan. 2022.

RODRIGUEZ, E. O "Social" Na Nova República. *Revista de Administração Pública*, v. 21, n. 4, p. 16–23, 1987.

SANDBERG, J.; ALVESSON, M. Ways of constructing research questions: gap-spotting or problematization? *Organization*, v. 18, n. 1, p. 23–44, 2011.

SANTOS, M. L.; CUNHA, L. *Percepções sobre a Regulamentação do Lobby no Brasil: Convergências e Divergências*. Rio De Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

SILVA, M. F. G. DA. *Formação Econômica do Brasil Uma reinterpretação contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SIMPSON, S. S. Reimagining Sutherland 80 years after white-collar crime*. *Criminology*, v. 57, n. 2, p. 189–207, abril 2019.

SUTHERLAND, E. H. *Crime de Colarinho Branco: Versão sem Cortes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

TAVARES, M. D. C. et al. O Plano de Metas e o papel do BNDE. Em: M*emórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010. v. 4p. 45–93.

TINTI, E. H.; ABDULMACIH, V. P. G. A Reestruturação Do Sistema Financeiro Brasileiro Na Década De 1990: Concentração E Internacionalização Bancária. *Pensamento & Realidade*, v. X, n. 21, p. 85–118, 2007.

WEDEL, J. R. From Power Elites to Influence Elites: Resetting Elite Studies for the 21st Century. *Theory, Culture and Society*, v. 34, n. 5–6, p. 153–178, 2017.

ZALD, M. N.; LOUNSBURY, M. The Wizards of Oz: Towards an Institutional Approach to Elites, Expertise and Command Posts. *Organization Studies*, v. 31, n. 7, p. 963–996, 2010.

ZHAO, T.; CHAN, K. C. Corporate social network and corporate social responsibility: A perspective of interlocking directorates. *International Review of Financial Analysis*, v. 88, p. 102711, jul. 2023.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.